

# **COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

**3 de Março de 2009**

**20.ª Reunião**

Ordem de trabalhos:

- Audição do Sr. Dr. Lencastre Bernardo (ex-Administrador da SLN)
- Audição Sr. Eng.º Francisco Sanches

## Índice Remissivo

---

### A

Sr.ª Presidente (Maria de Belém Roseira) · 3  
· 3, 4, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 18, 20, 22, 25, 26, 28, 29,  
31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48,  
49, 85, 86, 95, 106, 107, 117, 127, 142, 153, 155,  
164, 167, 178

Almeida Henriques (PSD) · 20, 25, 26, 27, 28, 29, 45,  
117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126,  
127

---

### F

Eng.º Francisco Sanches · 47, 49, 50, 51, 52, 54,  
55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70,  
71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84,  
86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99,  
100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110,  
111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120,  
121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130,  
131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140,  
141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150,  
151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160,  
161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170,  
171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

---

### H

Honório Novo (PCP) · 3, 5, 13, 18, 19, 127, 128, 129,  
130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139,

140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149,  
150, 151, 152, 153

---

### J

João Semedo (BE) · 33, 34, 36, 37, 40, 41, 42, 95, 96,  
97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 164,  
165, 166, 167

Jorge Seguro Sanches (PS) · 7, 11, 12, 167, 168, 169,  
170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

---

### L

Dr. Lencastre Bernardo (ex-Administrador da SLN) · 6, 7,  
9, 11, 12, 15, 19, 20, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32,  
35, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 137, 138

Leonor Coutinho (PS) · 42, 44, 107, 108, 109, 110,  
112, 113, 114, 115, 116, 117

---

### N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 29, 31, 32, 33, 48,  
50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63,  
64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77,  
78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 92,  
93, 94, 95, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160,  
161, 162, 163, 164

A Sr.ª Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, peço-vos desculpa por esta minha voz roufenha, mas como não sou eu quem tem de falar mais, se achassem bem, damos de imediato início à nossa reunião.

*Eram 15 horas e 20 minutos.*

O Sr. Honório Novo (PCP): — Peço a palavra, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, gostava de colocar uma questão não para resolver agora, nem hoje, nesta reunião, mas, necessariamente, teremos de conversar sobre ela, ou ao nível de coordenadores ou ao nível que entendermos, por causa do processo de levantamento do sigilo profissional e bancário.

Como se recordam, quando discutimos esta questão, fixámos um horizonte, 8 a 10 dias, já incluindo a emissão de pareceres, e, por aquilo que sei e por aquilo que leio, o prazo, que foi aqui consensualizado, para a emissão desses pareceres, embora eu tenha levantado muitas dúvidas sobre a sua necessidade, como se recordam, está claramente a ultrapassar tudo o que seria plausível, previsto e fixado pela Comissão.

Neste enquadramento, creio que temos de ponderar rigorosamente sobre esta questão e sobre a vontade política da Comissão em avançar, de forma célebre, com este problema.

Creio que não é admissível que protelemos a iniciativa de pedir ao Tribunal da Relação o levantamento do sigilo, sob nenhum pretexto. Pelo

tempo que passou, que já foram 3 semanas, praticamente o triplo do tempo que tínhamos fixado para a emissão dos pareceres, temo que este processo não avance, pois eu estou em crer que ele está atrasado, se calhar, outro tanto.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, muito obrigada pela sua interpelação.

Como o Sr. Deputado imagina, o que não seria admissível era fazer despesa sem seguir os trâmites rigorosamente estabelecidos para a realização dessa aquisição de serviços.

No seguimento da decisão que foi tomada — que officiei ao Sr. Presidente da Assembleia da República —, o Sr. Presidente autorizou, condicionado a cabimento orçamental; seguidamente, officiei-lhe, dando indicação concreta, da necessidade da contratação e do seu conteúdo; e, hoje mesmo, de manhã, recebi a nota das propostas concretas.

Fiz, entretanto, diligências, conforme tinha ficado combinado e mandatada. Temos também o projecto de ofício pronto para formular o desenho do parecer, que estive a articular, hoje de manhã, com os serviços da Comissão, na sequência da autorização concedida. Também iria propor uma reunião de coordenadores, a qual se faria ainda hoje, se houvesse hipótese, dependendo de como correrem as audições, se se prolongam muito ou não, ou, então, amanhã, para vos dar conta das diligências efectuadas.

Sr. Deputado Honório Novo, pode estar certo de que a sua urgência coincide também com a diligência com que o assunto foi tratado.

Uma coisa é o prazo para a formulação do parecer, outra são os formalismos para a contratação de serviço, e foi disto que estivemos a

tratar até agora. Tenho todo o gosto em dar estas informações aos Srs. Deputados, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Honório Novo.

Portanto, consoante o andamento dos trabalhos, ainda faríamos hoje, se pudessem, uma reunião com os coordenadores, porque temos outros assuntos a definir, senão o mais tardar amanhã.

Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente, por fixar uma reunião para tratarmos desta questão, que, para além de ser técnica e instrumental, é uma questão eminentemente política.

Não tenho dúvidas sobre as diligências efectuadas pela Sr.<sup>a</sup> Presidente e pelos serviços, mas quer parecer-me que todos estamos de acordo em que não estava no pensamento de nenhum de nós, apesar das dúvidas que levantei na altura, que a instrução do processo, que nos permitiria, em última análise, enviar o pedido de levantamento do sigilo para o Tribunal da Relação, iria demorar não 8 ou 10 dias mas, pelos vistos, 30 ou 45 dias. É perante uma possibilidade, muito clara, de que isto venha a acontecer que estamos confrontados. Não sei... Vamos ver! Vamos ponderar, na reunião de coordenadores, se não será de encarmos uma eventual suspensão dos trabalhos da Comissão, até, à espera de uma decisão do Tribunal da Relação.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito bem, Sr. Deputado.

Não tenho aqui a carta, mas, depois, direi ao Sr. Deputado, rigorosamente, o tempo que demorou toda esta diligência. De qualquer forma, penso que não foram ultrapassados os prazos considerados indispensáveis para uma matéria desta natureza.

Se estiverem de acordo, vamos dar, de imediato, início à audição prevista para hoje, com o Sr. Dr. Lencastre Bernardo, cuja vinda a esta Comissão foi indicada pelo Partido Socialista, pelo que iniciáramos as perguntas pelo Partido Socialista.

*Pausa.*

Muito boa tarde, Sr. Dr. Lencastre Bernardo, e muito obrigada por ter acedido tão prontamente a vir a esta Comissão.

Antes de mais, peço-lhe que nos dê uma brevíssima nota curricular, para que todas as pessoas possam ficar por dentro, digamos assim, do seu percurso profissional.

Tem a palavra, Sr. Dr. Lencastre Bernardo.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo (Administrador da SLN): — Muito boa tarde, Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados.

Considero um dever de cidadania estar aqui presente para poder esclarecer aquilo que eu puder esclarecer, na medida do que eu souber e conhecer. Estou aqui com total abertura para este efeito.

Quanto à minha nota curricular, poderei dizer que a minha actividade profissional começou com o fim do curso da Academia Militar, que concluí em 1963, e, a partir daí, desempenhei as funções inerentes às missões que me foram atribuídas no Exército.

Depois disso, após o 25 de Abril, desempenhei funções civis, embora continuando a pertencer ao Exército, designadamente como Director-Geral Adjunto da Polícia Judiciária e como assessor e Chefe de Gabinete do Presidente Ramalho Eanes.

A partir de 1986, pedi a passagem à situação de reserva do Exército. Tive uma episódica e fugaz passagem pela actividade política; dediquei-me ao ensino, à investigação, ao estudo, colaborei na Fundação da Cooperativa de Ensino Universitário, da qual fui administrador durante alguns anos.

Desde 1993 até 2001, prestei serviço no Ministério da Administração Interna como Director-Geral do Gabinete de Assuntos Europeus e, depois, como Director-Geral do SEF.

Desde 2001 até ao dia de hoje, estou no Grupo SLN, na administração da sub-*holding* Plêiade.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada.

Vamos, agora, dar início às questões formuladas pelos Srs. Deputados, sendo a primeira intervenção do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches, pedindo-lhe para não exceder o tempo que temos combinado.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Com certeza, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Começo por agradecer, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao Sr. Dr. Lencastre Bernardo a sua presença e disponibilidade para estar presente nesta reunião da Comissão de Inquérito e, desde já, as suas explicações.

O pedido do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para a sua presença tem muito a ver com o facto de considerarmos que o Sr. Dr. Lencastre Bernardo tem um percurso, a todos os títulos, excepcional na Administração Pública portuguesa e na cidadania. Daí o facto de terem sido reconhecidos, da forma mais elevada, no País, os seus relevantes

serviços. Era, pois, muito importante termos aqui a percepção de alguém que conhece muito bem ou, pelo menos, conhece desde 2001 este universo da SLN e do BPN.

A nossa primeira pergunta é muito simples e genérica: como é possível que isto tenha acontecido? Como é possível que um grupo considerado sólido, e que o levou, em 2001, a ter optado por fazer uma carreira neste Banco, chegue, em 2008, a um ponto em que encontramos imparidades no valor de 1800 milhões de euros? Não é que tenha de ter conhecimento absoluto destas questões, não é isto que está em causa, de maneira nenhuma, mas aquilo que gostaríamos de perceber, pela sua percepção, é como foi possível chegar-se a esta situação.

Já tivemos aqui algumas audições de pessoas que conhecem muito bem o Grupo, que conhecem muito o Banco, e temos uma referência a uma excessiva exposição imobiliária do Grupo. Gostava de perceber se concorda com esta perspectiva de uma excessiva exposição imobiliária.

Na última inquirição que aqui tivemos a um dos maiores accionistas em nome individual da SLN, foi-nos dito que existiam imóveis que estavam fora do universo consolidado da SLN e que se avaliavam em cerca de 1000 milhões de euros. Gostava de saber a sua opinião. Acha que isto é assim? É verdade que isto tenha acontecido?

Também gostava de saber se tinha informação sobre a existência de algum tipo de privilégios nos créditos concedidos a alguns clientes ou a alguns accionistas do Grupo SLN e do BPN. Gostava de saber, nomeadamente, se conhecia situações destas, quer ao nível das empresas do Grupo SLN, quer ao nível de particulares, accionistas ou outras pessoas.

Finalmente — e vou terminar, porque penso que as questões que referi são bastante abrangentes —, quero apenas perguntar-lhe,

exactamente, se, desde 2001, sempre desempenhou as mesmas funções ou se, ao longo deste período, foi evoluindo em algum tipo de funções (ou seja, se passou a ter mais funções ou se deixou de ter algumas funções) e se, neste período, se foi apercebendo, e quando, das muitas irregularidades que hoje são conhecidas publicamente.

A pergunta que tem de se fazer é também esta: não estranhou sucessivas mudanças, sucessivas alterações nos órgãos de gestão, quer da SLN quer do BPN, e também ao nível da auditoria? Qual é a sua opinião sobre estas questões?

Para já, é só.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Lencastre Bernardo, pedindo que seja o mais sucinto possível nas respostas.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Deputado, muito obrigado pelas referências que me fez, que muito agradeço.

Eu, francamente, Sr. Deputado Jorge Seguro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sinto que praticamente não posso responder a nada do que o Sr. Deputado fez o favor de me perguntar e por uma simples razão: eu não sei, rigorosamente nada, do que se passava no BPN. Eu prestei serviço na Plêiade da SLN. Entrei em Março de 2001, fui nomeado administrador da Plêiade em Abril de 2001 e continuo como administrador da Plêiade hoje, em 2009.

A minha área de trabalho foi sempre na Plêiade e, episodicamente, colaborei também, quando me foi solicitado, na área da saúde, na sub-*holding* da saúde. Episodicamente, durante os anos 2001/2002, dei

alguma colaboração, por exemplo, acompanhando os membros do conselho de administração da área da saúde em algumas visitas ao estrangeiro, em tentativas de estabelecer protocolos de cooperação, em tentativas de estabelecer vias de negociação e de alargar o âmbito dos negócios dessa sub-*holding*. Quanto ao resto, trabalhei sempre na Plêiade, onde ainda hoje trabalho. Desconheço em absoluto o que se passava no BPN.

Perguntou-me sobre a excessiva exposição imobiliária do grupo, mas não faço ideia. Certamente não saberão, mas a Plêiade, no início, quando lá iniciei o meu trabalho, tinha as suas participações sociais na VANTeC, na Redal, na Brechal, na Inapal, na Omni, sendo que em algumas dessas empresas ainda hoje mantém essas participações sociais. Não eram empresas que tivessem a mínima actividade no âmbito imobiliário e, portanto, não conheço nada disso.

Quanto a imóveis fora do universo consolidado, pela mesma razão, não conheço. Tenho ouvido dizer isso na comunicação social, mas desconheço.

Privilégios nos créditos a accionistas e ao nível das empresas, também desconheço em absoluto. As empresas de que fui e sou administrador, por vezes, recorriam a crédito no BPN, mas havia empresas que nem sequer recorriam a crédito no BPN, recorriam a crédito noutros bancos. Portanto, nunca dei conta que houvesse atenções especiais para algumas empresas.

Desempenhei sempre as mesmas funções, como acabei de dizer ao Sr. Deputado, com esta *nuance* de que, de facto, também colaborei na área da saúde.

Para falar verdade, não me dei conta de irregularidades. Eu trabalhava lá no meu cantinho, sem me permitem esta expressão, fazia o meu trabalho, acompanhava as empresas que tinha que acompanhar, administrava as que tinha que administrar e, francamente, não me dei conta, pelo menos nunca me tocaram ideias, imagens ou informações de irregularidades.

Comecei a saber de muitas delas através da comunicação social e de muitas mesmo quando esta comissão de inquérito começou a trabalhar.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches, uma vez que só utilizou 4 minutos.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Dr. Lencastre Bernardo, pretendo apenas solicitar um ou outro esclarecimento muito breve.

Em termos físicos, as empresas funcionavam todas no mesmo edifício do BPN. É assim? E neste momento já não é assim. Ou seja, houve aqui uma mudança em termos físicos.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Sr. Deputado, a Plêiade funcionava num edifício do BPN, naquele que fica na Avenida António Augusto de Aguiar, sendo que, neste momento, funciona junto à SLN num edifício perto de Chelas, onde eram as instalações da Expo. Isto é o que se refere à Plêiade.

Agora, as empresas da órbita da Plêiade funcionam sem sítios tão díspares como Porto, Palmela, Lisboa ou Tires. Portanto, não funcionavam no mesmo edifício onde funciona a Plêiade ou onde funciona a SLN.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Apesar desta proximidade em termos físicos das empresas, ou, pelo menos, ao nível das administrações das empresas, já percebi que estas situações não eram conhecidas. Nomeadamente, um dos administradores de uma das empresas, que esteve aqui presente, disse-nos que existiam no BPN administradores de empresas que nem sequer pertenciam ao próprio Grupo.

Portanto, desconhecia por completo esta situação.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Eu desconhecia. De facto, quando trabalhei nesse edifício da Avenida António Augusto de Aguiar comecei por trabalhar no 5.º piso. Conhecia todas as pessoas que trabalhavam no 5.º piso, eram pessoas de empresas do universo da SLN. Depois, mudei para o 7.º piso e também eram pessoas da SLN que estavam a trabalhar nas proximidades. Não me lembro de lá ver ninguém que não fosse do universo da SLN. Eram administradores de outras empresas. No 7.º piso funcionavam a Plêiade, a empresa da saúde e uma de auditoria. Eram pessoas com quem me cruzava diariamente.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Numa das inquirições anteriores foi referido, a propósito desta questão, que havia pagamentos feitos a administradores em numerário. Isso não acontecia nas empresas do Grupo SLN, nomeadamente na Plêiade?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Não, desconheço isso em absoluto. Na Plêiade isso não se passava, nem se passa.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Deputado Honório Novo pediu para alterar um pouco a ordem das intervenções, porque vai ter de sair para representar o seu líder parlamentar, pelo que o PSD cedeu-lhe o seu lugar.

Assim sendo, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, agradeço ao Grupo Parlamentar do PSD ter-me dado esta possibilidade de troca.

Sr. Dr. Lencastre Bernardo, muito obrigado por ter acedido ao nosso convite. Vou fazer-lhe algumas perguntas que têm que ver com a origem da sua entrada no Grupo.

O senhor foi convidado pelo Dr. Dias Loureiro no momento em que ele também entrou para o Grupo. O Dr. Dias Loureiro disse-nos aqui que tinha constituído condição para sua a entrada no Grupo SLN BPN que na mesma altura fossem contratados o Dr. Daniel Sanches e o Dr. Lencastre Bernardo.

Estou curioso em perceber exactamente quais eram as funções que condicionavam a participação do Dr. Dias Loureiro, tão especiais que fossem compatíveis com as suas capacidades e competências. E gostava de entender, no âmbito das suas funções na Plêiade, algumas coisas: se acompanhou o negócio da Redal, em Marrocos; se as decisões relativas à alienação dessa empresa estão ou não transcritas formalmente em documentos da Plêiade, por exemplo, ou em documentos próximos; que pessoas é que intervieram neste negócio a todos os níveis, quer como titulares quer como intermediários.

Gostava mesmo de e, permita-me a ousadia, mas há aqui um conjunto de audições que apontam para esta possibilidade, apurar se neste tipo de negócio foram, ou não, eventualmente colocadas, no âmbito

global do negócio, contrapartidas pessoais ou institucionais oferecidas, pessoal ou institucionalmente, por exemplo, a intermediários. E para que sejamos claros, Sr. Dr., vou pôr um nome à possibilidade que mais gostava de perceber: o Sr. El-Assir, de origem libanesa, que aqui tem sido alvo de muitas perguntas.

A outra questão — pareceu-me que não pela resposta anterior, mas, de qualquer maneira, queria confirmar isto em absoluto — é se o Sr. Dr. Lencastre Bernardo, durante o seu percurso no Grupo SLN, teve ou não articulação funcional, em termos de grupo de aconselhamento, de troca de impressões, de articulação, de convergências de acções, com outras empresas do Grupo ou com outros importantes quadros do grupo, designadamente com o Dr. Dias Loureiro e com o Dr. Alejandro Agag, um senhor que desempenhou funções de assessoria do Grupo entre 2002 e 2004. Portanto, gostaria de saber que intervenções, que convergência houve ou não.

Que intervenção é que o Sr. Dr. terá tido ao nível do acompanhamento, do aconselhamento pessoal, ou não — insisto e sublinho —, com a apresentação da candidatura ao Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança (SIRESP), que uma empresa do Grupo SLN acabou por vencer em 2005?

Finalmente, gostava de saber como é que comenta uma afirmação deixada aqui pelo Dr. Dias Loureiro que nos disse que uma das razões para se sentir desiludido com a gestão do Grupo — e isto está transcrito em acta — foi, naturalmente, o facto de haver uma gestão que ele considerava não ser eficiente. E até aludiu, designadamente, a funções que ele esperava que pudessem vir a ser desempenhadas pelas pessoas que convidou no início (estava a referir-se a si e ao Dr. Daniel Sanches,

aliás, explicitou-os, não sou eu que subentendo) e que acabaram por estar a desempenhar outras funções, sendo que não tinha sido essa a expectativa por ele criada, e não sei se por essas pessoas também.

Face às funções que sempre desempenhou, gostava de saber como é que comenta esta afirmação do Dr. Dias Loureiro e se, de facto, as funções que desempenhou ficaram aquém das expectativas que tinham sido criadas no momento da sua contratação pelo Grupo SLN e do convite que lhe foi formulado pelo Dr. Dias Loureiro.

Sr. Dr., peço-lhe muita desculpa por, eventualmente, não estar aqui até ao final da sua exposição, porque às 16 horas tenho impreterivelmente que estar na Conferência de Líderes, mas estará aqui alguém a «servir de ouvidos». Enfim, a Dr.<sup>a</sup> Ana Serrano está aqui a servir de meus ouvidos.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Lencastre Bernardo para responder, de preferência sucintamente para que o Sr. Deputado Honório Novo oiça a resposta.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Sr. Deputado Honório Novo, vou fazer os possíveis e os impossíveis por responder-lhe ainda com a sua presença na sala.

Entre no Grupo SLN a convite do Dr. Manuel Dias Loureiro, sendo que esse convite foi-me formulado para ir trabalhar na sub-*holding* Plêiade.

Devo dizer que, na altura, não esperava esse convite, pois a minha comissão de serviço como director-geral do SEF tinha acabado de ser renovada há meia dúzia de meses. Portanto, foi uma surpresa, mas

aceitei, uma vez que já estava há bastantes anos no SEF. Fui trabalhar com ele na Plêiade, porque a administração da empresa, nessa altura, era constituída por cinco membros. O presidente era o Dr. Manuel Dias Loureiro e tinha como vogais o Eng.º João Saldanha, o Dr. Daniel Sanches, o Eng.º Francisco Sanches e eu próprio. Portanto, trabalhei com ele na Plêiade.

Como já aqui tive oportunidade de dizer quando respondi às primeiras questões, nos primeiros tempos foi-me solicitado que apoiasse sobretudo a actividade da Gália, que era a *sub-holding* para a saúde. Portanto, nesse primeiro ano a minha participação e o meu trabalho foi mais nessa área do que propriamente na área da Plêiade. A partir de 2003 o meu trabalho foi fundamentalmente, como hoje é, na Plêiade.

O Dr. Dias Loureiro convidou-me, certamente, porque confiava no meu trabalho e porque tinha confiança em mim, pois já me conhecia. Não sei se o Sr. Deputado sabe mas somos da mesma terra, conhecemo-nos há cerca de 50 anos, as nossas famílias são amigas desde os meus avós e, portanto, é natural que ele me conheça bem, que tenha confiança em mim e no meu trabalho, uma vez que o conheceu bem quando estive no Gabinete de Assuntos Europeus e no SEF.

Quanto à questão sobre se acompanhei as negociações da Redal, claramente, não acompanhei nenhuma negociação da Redal. A Redal era detida em 29% pela Plêiade, mas não acompanhei essas negociações. A minha missão era mais na área da Inapal, da Brechal, da VANTeC e da Omni e nunca na área da Redal.

Se participei de alguma forma nesse negócio? A minha única participação, Sr. Deputado, foi estar presente no dia da assinatura da venda da Redal, em Rabat, em representação da Plêiade, porque os

compradores, e a meu ver bem, exigiram que estivessem presentes membros da Plêiade para renunciarem ao cargo de administrador que exerciam. Um dos administradores da Redal era a Plêiade e era preciso estarem presentes administradores para declararem a renúncia desse cargo.

Portanto, estive nessa data em Rabat e assinei apenas essa declaração, declarando que a Plêiade renunciava ao exercício das funções de administrador da Redal e não intervim em mais nenhuma actividade relacionada com a Redal.

Quanto a contrapartidas pessoais, institucionais e intermediários desconheço em absoluto, porque, como acabei de dizer, não acompanhei nada.

Não conheci o Sr. El-Assir e não me lembro de alguma vez o ter visto.

Como é que me articulei funcionalmente com outras empresas do grupo, com o Dr. Manuel Dias Loureiro e com o Sr. Alejandro Agag? Não conheço o Sr. Alejandro Agag e não me lembro de o ter visto. Não quer dizer que não possa tê-lo visto, mas não me lembro de o ter visto e se o vir na rua não o reconheço, com certeza absoluta.

Com o Dr. Manuel Dias Loureiro, obviamente, que articulava. Ele era o presidente da Plêiade, havia as reuniões do conselho de administração, ele estava presente e, portanto, naturalmente que nos articulávamos.

Quanto à minha intervenção, ao acompanhamento ou aconselhamento pessoal, ou não, do caso SIRESP, não tenho conhecimento de nada disto. Não me envolvi nesse caso nem nunca foi solicitada a minha intervenção para nada relacionado com o caso SIRESP.

O Sr. Deputado disse que o Dr. Manuel Dias Loureiro terá referido aqui uma desilusão dele próprio e do Grupo que o acompanhou quanto às funções que esperava que fossem desempenhadas.

Evidentemente, em determinado momento, sobretudo no início da minha presença na Plêiade e na SLN, eu esperava ter mais trabalho. Não sei se porque estava a trabalhar muito, esperava ter mais trabalho... Depois, acabei por o ter e hoje acho que o tenho. No princípio, de facto, não sentia assim muito trabalho e achava que podia desempenhar outras tarefas, mas elas não me foram atribuídas.

Não quero estar agora a interpretar as palavras do Dr. Manuel Dias Loureiro, mas ele referir-se-ia mais, talvez, ao Dr. Daniel Sanches, que ele esperaria que fosse mais solicitado para áreas de auditoria e não chegou a ser.

A missão que me estava atribuída era na Plêiade, na Plêiade estive e na Plêiade estou. Já passaram por lá quatro ou cinco presidentes, três ou quatro administrações da SLN e continuo na função em que estava no âmbito da Plêiade.

Sr. Deputado, não sei se terei respondido às perguntas que me colocou.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Dr., gostava de pedir-lhe dois pormenores complementares.

O Sr. Dr. referiu que hoje tem mais trabalho, que hoje se sente mais realizado em termos funcionais face às expectativas. Desde quando?

J+ agora, pergunto-lhe: qual é o nível de participação da Plêiade na Inapal, que é uma das empresas da órbita da Plêiade, e quais são os outros intervenientes?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Sr. Deputado, comecei a sentir-me mais realizado a partir, talvez, de 2004. Nessa altura, comecei a ter muito mais trabalho no âmbito da Plêiade, na medida em que foram criadas novas empresas — empresas de segurança, de limpeza, de trabalho temporário — que ficaram colocadas na órbita da Plêiade. Com a saída do Dr. Daniel Sanches, que era o presidente dessas empresas, para o governo passei a ficar responsável por elas. Portanto, passei a ter muito mais trabalho a partir de 2004.

Quanto à Inapal, quando a empresa entrou na órbita da SLN o capital estava distribuído da seguinte forma: 70% da SLN, através da Plêiade, e 30% de uma empresa alemã chamada Menzolit-Fibron.

Hoje, a Inapal é detida em 81,8% pela SLN, através da Plêiade, e no restante capital por uma empresa austríaca chamada Polytec. A Polytec comprou a Peguform há cerca de meio ano, que, por sua vez, tinha adquirido a participação da Menzolit. Por sua vez, para esclarecer completamente o Sr. Deputado, a Inapal detém 50% do capital de uma outra empresa chamada SPPM, que funciona também em Palmela e que é uma das principais fornecedoras da Autoeuropa, principalmente da nova viatura, a *Eos*, pois fabrica praticamente um terço da viatura.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E esta empresa, a SPPM, é detida maioritariamente pela Plêiade?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Não, 50% pela Inapal Plásticos e 50% pela Polytec.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Dr. Lencastre Bernardo, quero começar por apresentar-lhe os meus cumprimentos e por agradecer, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, a sua presença nesta Comissão. Pelo que vejo, até temos um ponto em comum, somos os dois das beiras, pois eu sou beirão, do distrito da Guarda.

Não tenho muitas questões para lhe colocar mas há, desde logo, um aspecto que eu gostava que precisasse, porque, confesso, com as respostas que deu até agora não fiquei muito esclarecido.

Aquando da sua audição aqui, a determinada altura, o Dr. Dias Loureiro disse que propôs ao Dr. Oliveira e Costa levar o Dr. Lencastre Bernardo — ele até referiu que o conhecia de toda a vida, fazendo uma referência elogiosa às suas capacidades de trabalho — como seu braço direito em várias áreas onde pudesse trabalhar. Foram estas as declarações do Dr. Dias Loureiro nesta Comissão.

Confesso que, sabendo que, na altura, o Dr. Dias Loureiro também referiu aqui que iria trabalhar nas áreas do cimento, da saúde, na Inapal, no negócio da Redal, portanto, em várias situações, acho que há aqui qualquer coisa que não bate certo, entre dizer que ia levá-lo como braço direito e, depois, o Sr. Dr. ficar limitado à administração da Plêiade.

Assim, a minha primeira questão é se, de facto, chegou a ser, ou não, braço direito do Dr. Dias Loureiro, como ele aqui o afirmou. É que

pelas declarações que fez até agora não me parece que alguma vez tivesse chegado a ser seu braço direito.

Outra questão conexa com esta prende-se com o relacionamento que o Sr. Dr. terá tido com o Dr. Oliveira e Costa. Era importante também para a Comissão, visto que foi proposto ao Dr. Oliveira e Costa que o senhor fosse admitido, saber que tipo de relação teve com o Dr. Oliveira e Costa durante o período em que esteve no grupo SLN.

Por outro lado, o Sr. Dr., a determinada altura, referiu que considerou ter estado um pouco subaproveitado dentro do Grupo. Era, pois, importante que nos expusesse o conteúdo funcional que tinha dentro do Grupo para percebermos exactamente quais as áreas a que esteve ligado efectivamente.

Portanto, gostava que nos dissesse todo o conteúdo funcional que tinha no Grupo, até porque o Sr. Dr. está no Grupo há sete ou oito anos.

Há um outro aspecto que também gostava que esclarecesse e que é o seguinte: o Sr. Dr. é uma pessoa com uma experiência de vida larguíssima, o currículo denota-o, está há sete ou oito anos no grupo SLN — como já referiu, esteve sempre ligado ao grupo SLN, nunca teve nada a ver com o BPN — e, até pela sua relação de proximidade com o Dr. Dias Loureiro, que, como já referiu, é uma amizade de longa data, nunca em conversas com o Dr. Dias Loureiro teve algum desabafo ou alguma informação sobre a actividade do Grupo e sobre a forma como se estava a desenvolver a sua actividade?

Com base nisso gostava que classificasse, do seu ponto de vista, a organização e a seriedade do Grupo do momento em que começou a trabalhar para ele até ao momento em que todos estes assuntos vieram a

público. Isto é, gostaria que classificasse a evolução da sua opinião em relação ao Grupo, na altura e agora.

Apesar de o Sr. Dr. já ter aqui referido que só se concentrou na sua actividade na Plêiade, pergunto-lhe se, até pela relação de proximidade que tinham, em algum momento o Dr. Dias Loureiro trocou impressões consigo acerca do negócio de Porto Rico.

Portanto, gostava de saber se, efectivamente, teve conhecimento deste negócio; se teve, em que termos; e se sabe que razões poderão ter levado a uma decisão que até foi contra um parecer de uma pessoa relativamente à qual o Dr. Dias Loureiro aqui disse que se tivesse dito «não» a sua decisão teria sido também negativa, como é o caso do Dr. Vieira Jordão. Portanto, era importante sabê-lo.

Já agora, ainda a respeito destas suas relações com o Dr. Dias Loureiro, gostaria de saber se, em algum momento, surgiu a questão do Banco Insular nas vossas conversas.

Sr. Dr., eram estas as questões que eu gostava de colocar-lhe para já.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Lencastre Bernardo para responder.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Almeida Henriques, em relação ao convite do Dr. Manuel Dias Loureiro para ser uma espécie de seu braço direito, entendo-o numa perspectiva de confiança. O Dr. Manuel Dias Loureiro, como já disse, confiava em mim, certamente, por me conhecer desde sempre e confiava no meu trabalho, porque já o conhecia.

E penso que é a esse título que ele teria entendido a minha participação como a de um braço direito. E, de certa forma, a nível da Plêiade, posso dizer que fui o braço direito do Dr. Manuel Dias Loureiro durante algum tempo, na medida em que acompanhava a gestão de algumas das empresas da Plêiade – não todas, mas de algumas das empresas, pois nem podia acompanhar a gestão de todas, na exacta medida em que eu não conhecia este mundo empresarial e não podia, de um momento para o outro, acompanhar a par e passo todas essas empresas.

Por outro lado, é importante reter que o Dr. Manuel Dias Loureiro abandonou a presidência da Plêiade em Maio de 2002. E, portanto, a partir daí eu não podia ser braço direito do Dr. Manuel Dias Loureiro pela simples razão de ele já não estar na Plêiade. Portanto, a partir de meados 2002, de Maio, Junho ou Julho, não estou certo da data, ele deixou de ser o presidente da Plêiade.

A partir dessa altura, e durante algum tempo, praticamente até à sua saída da SLN, a presidência da Plêiade passou a ser exercida pelo Dr. Oliveira Costa. Eu tive sempre relações normais com o Dr. Oliveira Costa, embora não falasse com ele com grande frequência. Digamos que, se num ano eu falava sete ou oito vezes com o Dr. Oliveira Costa, era muito, mas tive sempre relações cordiais com ele. Ele era o presidente da SLN e foi, durante alguns anos, também presidente da Plêiade.

Efectivamente, como eu disse há pouco, sentia-me um pouco subaproveitado, porque entendia que podia desempenhar mais tarefas. Durante uma fase em que sentia que não me estavam a ser dadas muitas funções, eu achava, talvez de uma forma errada, que poderia desempenhar mais tarefas e mais funções. Ora, isso veio a suceder, como

há pouco já tive oportunidade de dizer, a partir de 2004, porque, nessa altura, eu passei a ter outras funções e a estar com um pouco mais de actividade.

Para lhe falar em conteúdo funcional, eu dir-lhe-ia, por exemplo, em relação às empresas que constituem o universo da Plêiade, que, a princípio, não tinha qualquer função que não fosse na Plêiade, mas, depois, passado pouco tempo, estava também, primeiro, como administrador e, depois, presidente, cargo que ainda mantenho, da VANTeC, como presidente da Brechal, como presidente da empresa VSegur, como presidente da empresa Complementos, como presidente da empresa Serviplex e ainda a acompanhar de perto a gestão da empresa Inapal e, mais tarde, quando foi constituída, da empresa SPPM.

Portanto, passei a ter mais que fazer, passei a ter um conteúdo funcional mais vasto e passei a sentir-me até — se me permitem a expressão —, de alguma forma, mais realizado.

Quanto a conversas com o Dr. Manuel Dias Loureiro que se tivessem traduzido em algum desabafo, é evidente que o Dr. Manuel Dias Loureiro, quando saiu, disse que esperava ter tido mais funções e até que a gestão fosse diferente, mas, como isso não aconteceu, ia abandonar a Plêiade e a SLN e, enfim, eu limitei-me a recolher essa declaração e esse desabafo do Dr. Dias Loureiro.

Quanto à organização do Grupo e à seriedade, eu nunca me apercebi de que não houvesse seriedade no trabalho do Grupo, porque eu entendia o trabalho do Grupo à luz e à imagem daquilo que era o meu trabalho e no meu trabalho eu colocava toda a seriedade. Portanto, entendia que por todo o lado era assim.

E muito me surpreendeu quando as coisas acabaram por correr da maneira que correram. Nunca tinha ouvido falar em Banco Insular, a não ser agora, muito recentemente, acho que já foi depois de ter entrado a nova administração. Foi exactamente depois de ter entrado a nova administração do Dr. Miguel Cadilhe na SLN que, pela primeira vez, ouvi falar de Banco Insular, nunca tinha ouvido falar em tal coisa.

O Dr. Manuel Dias Loureiro não trocou quaisquer impressões comigo sobre o negócio de Porto Rico. Aliás, eu não conhecia o negócio de Porto Rico, só o passei a conhecer quando, recentemente, se falou dele.

Não sei se consegui responder a todas as questões que o Sr. Deputado me colocou...

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Se a Sr.<sup>a</sup> Presidente me permitir...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr. Dr., há aqui mais duas questões que eu gostava de lhe colocar e também fazer-lhe uma observação.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — É que, citando palavras do Dr. Dias Loureiro, ele disse aqui nesta Comissão: «Propus levá-lo...» — ao Dr. Lencastre Bernardo — «... como meu braço direito em várias áreas onde eu pudesse trabalhar». E, de facto, naquilo que o Sr. Dr. disse até agora, eu não vi área alguma em que o Dr. Dias Loureiro estivesse a trabalhar em

que o Sr. Dr. tivesse assumido que lhe tivesse dado colaboração e, para mais, ainda afirmou que, a partir de 2002, o Dr. Dias Loureiro abandonou a Plêiade e, portanto, a partir daí, deixou de ter uma relação directa com ele.

A primeira questão tem a ver com o seguinte: o Sr. Dr. em algum momento foi remunerado no Grupo, para além da empresa Plêiade?

A segunda questão é: tendo assumido essas outras funções nas empresas que referiu aqui, alguma destas empresas tinha alguma intervenção na área das tecnologias de informação?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Nessas empresas...

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Nas empresas que referiu em que assumiu um conteúdo funcional. A determinada altura diz que, a partir de 2004, passou a ser melhor aproveitado e assumiu mais funções, designadamente a presidência de algumas empresas do Grupo. Eu pergunto se alguma dessas empresas era da área das tecnologias de informação.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — As várias áreas em que eu poderia trabalhar...

Como eu disse há bocadinho, numa outra intervenção anterior, comecei por trabalhar na área da sub-*holding* da saúde, a pedido expressamente do Dr. Manuel Dias Loureiro, pois ele também era responsável por essa área. Numa primeira fase, trabalhei na área da

saúde, representando-o em muitas reuniões, em muitas viagens ao estrangeiro, na assinatura de protocolos, no estabelecimento de contactos, tendo em vista um alargamento da área de negócios da sub-*holding* da saúde e, depois, também na Plêiade, como disse ao Sr. Deputado. Depois o Dr. Manuel Dias Loureiro saiu em 2002.

Quanto a remunerações, não recebi qualquer outra remuneração, a minha única remuneração é da Plêiade. Ainda recentemente, em 2008, quando fui novamente nomeado ou confirmado como administrador, foi confirmado o meu salário, que foi sempre pago, primeiro, através do serviço de recursos humanos do BPN e, agora, através da SLN.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Só não me respondeu à questão das tecnologias.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Já vou responder, Sr. Deputado.

Uma das empresas, à qual, neste momento, ainda estou ligado, é a VANTeC, que é uma empresa da área das tecnologias, mas é uma área que pertence ao universo da Plêiade.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr. Dr., e nunca houve qualquer ligação entre essa empresa e as empresas que estiveram ligadas ao tal negócio de Porto Rico, que visava criar a tal *holding* na área das tecnologias de informação?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Não.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Nunca foi envolvido em qualquer grupo de trabalho em que esse debate tivesse lugar?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Não!

O que se passou foi o seguinte: em determinado momento, houve uma intenção de integrar esta empresa VANTeC no universo da *sub-holding* SLN Novas Tecnologias e, para isso, foram feitas algumas reuniões entre mim e o Dr. Jorge Jordão.

Na altura, a SLN Novas Tecnologias não considerou adequada esta integração da VANTeC e, por isso, a VANTeC continuou a pertencer ao universo da Plêiade, onde ainda hoje está. Mas não foi nada que tivesse a ver com questões de Porto Rico. Não era nada disso! Tratava-se de uma questão completamente diferente. Nós dispúnhamos apenas de 50% do capital da VANTeC, que era uma empresa muito pequena — podíamos considerá-la mesmo uma microempresa —, e a mim dava-me a sensação de que fazia todo o sentido que ela integrasse a *sub-holding* SLN Novas Tecnologias, pois estaria aí muito melhor localizada. Na altura isso não foi considerado bem pelo Dr. Jorge Jordão, até pela situação económico-financeira da empresa VANTeC e ela continuou na área da Plêiade.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Só mais uma pergunta, Sr. Dr.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — E o Dr. Vieira Jordão nunca lhe falou no plano global em que estariam envolvidos na área das tecnologias da informação?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Não! Não me recordo de o Dr. Jordão alguma vez me ter falado em planos globais de novas tecnologias. Não me recordo disso!

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Obrigado.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, em boa verdade, só tenho duas questões a colocar ao Dr. Lencastre Bernardo.

A primeira é no sentido de saber se alguma das empresas da Plêiade tinha ligação com o Banco Insular e a segunda é para pedir que nos fale muito genericamente dos negócios da Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A. (CNE), no sentido de saber, basicamente, se estes negócios se revelaram lucrativos ou não no universo do Grupo, em sua opinião porquê e se são eles próprios responsáveis por alguns prejuízos que hoje são assinalados na SLN.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Lencastre Bernardo.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, em relação à primeira pergunta, desconheço. Nas empresas de que sou responsável directo não houve qualquer ligação com o Banco Insular.

Todavia, gostaria de referir aqui que a Plêiade tinha uma determinada constituição no início, como eu já aqui acentuei. A VANTeC, a

Brechal, a Redal, a Inapal, as OMNI e a Plêiade eram as empresas que constituíam o universo da Plêiade no início. Mais tarde foram sendo colocadas na órbita da Plêiade outras empresas, designadamente a VSegur, a Pet Gest, a Serviplex, etc. e também a CNE.

Ora, eu nunca tive, até à questão talvez de um mês, a mínima intervenção na gestão ou no acompanhamento da gestão da empresa CNE. Portanto, não posso dizer se houve ou não ligações desta empresa com o Banco Insular, porque desconheço a sua gestão interna.

Quanto à pergunta se a CNE foi um bom ou um mau investimento, Sr. Deputado, eu, a avaliar pelos números que têm vindo a ser publicitados, parece-me que não foi um bom negócio, parece-me que, de facto, a empresa CNE tem dado grandes prejuízos, basta ver as contas do ano passado da Plêiade. A Plêiade fechou o ano passado com um prejuízo de seis milhões e tal de euros, dos quais seis milhões e tal também são o prejuízo da CNE, porque a CNE é detida a 100% pela Plêiade.

Se o Sr. Deputado ler o Relatório e Contas do ano passado, constatará que o resultado líquido do exercício foi negativo em 6 357 000 euros, dos quais cerca de seis milhões são prejuízo da CNE. E, como o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, porque a CNE é detida a 100% pela Plêiade, que é uma sociedade gestora de participações sociais, os 100% dos seus resultados repercutem-se na *sub-holding*.

Portanto, eu, a este título, devo dizer que não me parece que tenha sido um bom investimento, mas isso não foi da responsabilidade da Plêiade ou, pelo menos, eu não tenho quota-parte de responsabilidade enquanto administrador da Plêiade neste investimento. Esta empresa foi colocada na órbita da Plêiade já depois de ter sido fundada. E a Plêiade

tem-na hoje na sua órbita e, enfim, arca com os prejuízos que vêm do seu funcionamento e da sua gestão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Dá-me licença, Sr.ª Presidente?

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, só uma precisão a propósito desta participação na CNE.

O Sr. Dr. tem mesmo a certeza de que não fez parte? É que eu jurava que tenho um ofício, para efeitos de certificação legal das contas, supostamente remetido pelo Eng.º Francisco Sanches e pelo Sr. Dr. António Lencastre Bernardo, ...

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... a pedido do revisor oficial de contas, onde se faz menção à circunstância de accionista único da CNE, onde se evidenciam prejuízos de cerca de 7 milhões de euros no balanço em 31 de Dezembro de 2006, onde se refere que os saldos não foram reconhecidos como créditos de cobrança duvidosa, onde se evidenciam, na rubrica de Fornecedores, valores a receber de uma empresa Transeurosea, onde se refere que se encontram também evidenciados outros devedores, nomeadamente a Bonk Comercial, em resultado de operações de exportação para Angola.

Porque me parece que este ofício poderá ter sido assinado também pelo Sr. Dr., gostava de saber, se desconhecia, a que título o fez? Isto só para precisar, porque... Mas, enfim, se desconhecer...

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — A que título?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Queria só precisar a questão, porque não queria ficar com essa dúvida, com franqueza.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Com certeza, Sr. Deputado.

Não acompanhei a gestão da empresa CNE, não participei em reuniões em empresas da CNE, mas admito que possa ter assinado esse ofício.

Por exemplo, que me recorde, até assinei duas ou três cartas de conforto para empréstimos à empresa CNE, na medida em que era administrador da Plêiade. Mas gostaria que entendesse que, em determinada altura, a administração da Plêiade era constituída pelos Srs. Drs. Oliveira Costa e Luís Caprichoso, o Sr. Eng.º Francisco Sanches e por mim.

Naturalmente, as decisões poderiam ser tomadas em relação à CNE ou outras. Depois, tratava-se de me proporem a assinatura de alguns ofícios, que eu posso ter assinado não digo de ânimo leve mas perguntando: «De que é que se trata isto? Para que efeito é?» E assinei, de facto, duas ou três cartas de conforto. Recordo ter assinado uma ou duas dessas cartas.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Terminou, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado João Semedo, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Dr. Lencastre Bernardo, muito boa tarde.

Esta Comissão já fez cerca de 20 audições e, de audição em audição, todos nós vamos percebendo que no Grupo BPN SLN todos, ou alguns, ou são da mesma terra, ou do mesmo partido, ou da mesma profissão. Enfim, várias explicações têm sido apresentadas pelas diferentes pessoas que aqui têm estado para justificar a sua forma de entrada no Grupo BPN SLN...

Não queria voltar a esse assunto, mas queria colocar a seguinte questão: durante alguns anos, e quero apenas relevar as relações profissionais (é só sobre essas que quero falar), o Sr. Dr. conviveu ou trabalhou com o Dr. Dias Loureiro, com o Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches, com o Dr. Luís Caprichoso, entre outros – creio até que foram os nomes que o Sr. Dr. acabou de citar.

O Dr. Dias Loureiro, mas também os outros — e isso percebe-se na leitura de algumas actas do conselho de administração da Sociedade Lusa de Negócios —, todos eles, em determinado momento, manifestaram preocupação sobre eventuais irregularidades e situações menos positivas,

menos claras no Banco Português de Negócios e na Sociedade Lusa de Negócios, no seu universo, digamos assim.

A primeira pergunta, muito concreta, é esta: tendo tido esta relação profissional tão estreita com pessoas que estavam no «coração» do Grupo, o Sr. Dr. nunca ouviu qualquer manifestação de preocupação sobre a situação do Grupo, seja banco seja SLN?

Nenhuma destas pessoas — Dr. Dias Loureiro, Eng.º Francisco Sanches, Dr. Luís Caprichoso — teve um desabafo sequer, nem no momento em que o Presidente do Grupo, Dr. José Oliveira e Costa, apresentou a sua demissão e abandonou a presidência do Grupo? Nem nesse momento, isso foi motivo de conversa?

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Deputado João Semedo terminou as suas perguntas? É que têm havido intervenções iniciais muito curtinhas e, depois, em função das respostas, seguem-se outras...

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, com toda a franqueza, não me apercebi que o regime de hoje era esse!

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, deverão ser formuladas, desde logo, todas as perguntas e só em função da insuficiência da resposta é que os Srs. Deputados poderão usar da palavra de novo, por um período máximo de 5 minutos.

O Sr. João Semedo (BE): — Se a Sr.ª Presidente mo permitir, deixaria esta primeira pergunta e depois faria todas as outras.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente — Muito bem, Sr. Deputado.

Tem, então, a palavra o Sr. Dr. Lencastre Bernardo, para responder.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Sr. Deputado João Semedo, em relação ao primeiro comentário do Sr. Deputado, devo dizer-lhe que não considero que a minha escolha — passe a imodéstia — tenha sido por ser da mesma terra ou até do mesmo partido. Não considero isso, de maneira nenhuma. Podia chamar aqui, em meu socorro, o facto de que o Dr. Manuel Dias Loureiro me convidou para o Ministério da Administração Interna em 1995 e, depois disso, fiquei com o Ministro Jorge Coelho, com o Ministro Fernando Gomes, com o Ministro Severiano Teixeira, etc. Portanto, não me parece que seja essa a questão, e creio que não foi isso que o Sr. Deputado quis referir.

Entrei no Grupo SLN a convite do Dr. Manuel Dias Loureiro, porque entendi que era tempo de terminar uma determinada fase de trabalho que tinha tido no Ministério da Administração Interna.

Dentro do Grupo SLN, não convivi dessa forma estreita que se deu a entender nas palavras do Sr. Deputado João Semedo. Posso dizer-lhe que, por exemplo, se despachei assuntos com o Dr. Luís Caprichoso, ao longo de todos estes anos, seis vezes, foram muitas! É uma pessoa estimável, uma pessoa com quem tinha relações cordiais, mas não foi uma pessoa com quem eu desabafasse, ou com quem eu tivesse relações estreitas, ou com quem convivesse de perto.

O Dr. Dias Loureiro, como também já tive oportunidade de dizer, deixou o Grupo SLN — não na totalidade, porque ficou ligado à empresa SPPM — ainda em 2002. E nunca lhe ouvi desabafos que não fosse na altura em que saiu, em que disse, efectivamente, que estava à espera de

ter tido outro trabalho, outras responsabilidades, um tipo diferente de gestão dentro do Grupo, o que lhe permitiria também, certamente, dar outro tipo de trabalho e outro tipo de responsabilidades às pessoas que o tinham acompanhado.

Nunca ouvi, de facto, essas manifestações de preocupação, que não estas que acabei de referir, nem mesmo quando da saída do Dr. Oliveira e Costa, como o Sr. Deputado refere.

Quando o Dr. Oliveira e Costa saiu, eu estava num trabalho na Inapal, no Porto, e recebi a comunicação por telefone, da parte do Dr. Franquelim Alves, que era na altura o presidente da Plêiade. Telefonou-me e disse-me: «Sr. Dr., o Sr. Presidente acabou de abandonar o Grupo, pediu a demissão. Eu vou continuar à frente da Plêiade e venho perguntar-lhe se o senhor aceita continuar na administração da Plêiade comigo». E eu disse-lhe: «Se o Sr. Dr. continua, eu também continuo».

Portanto, quando soube disto, não houve nenhum desabafo nem nenhuma manifestação de preocupação. Não posso, de facto, nesse aspecto, esclarecer mais do que disse até este momento, Sr. Deputado.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra, novamente, o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, Sr. Dr. Lencastre Bernardo, muito obrigado pela sua resposta.

Vou, então, encandear as perguntas que quero formular.

A primeira questão: o Sr. Dr. foi membro do conselho de administração da SLN Novas Tecnologias. Nesse conselho de administração, a operação de aquisição de duas empresas tecnológicas

em Porto Rico não foi discutida, não foi aprovada? Nem a aquisição, nem o desenvolvimento posterior do processo, nem, depois, o respectivo encerramento?

Segunda questão: relativamente ao projecto da Redal, em Marrocos, o Sr. Dr. tem alguma ideia de quem contribuiu para que a participação portuguesa, digamos assim, nesse projecto, nesse negócio tivesse sido vendida a um grupo francês? Quem foi a pessoa que protagonizou essa transacção, que facilitou, que promoveu, que encontrou parceiros numa empresa francesa cujo nome não recordo agora... Mas se alguém o disser, confirmarei...

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Grupo Vivendi.

O Sr. João Semedo (BE): — Vivendi, exactamente! Muito obrigado.

Portanto, gostaria de saber se conhece, exactamente, quem foi o principal agente dessa venda a esse grupo francês, que se chama Vivendi, como o Sr. Dr., aliás, recordou.

Por último, gostaria de perguntar-lhe o seguinte: o Sr. Dr. conhece, com certeza, o relatório da auditoria feita pela Deloitte à Plêiade e ao grupo de empresas da Plêiade. Ora, gostaria que me confirmasse se é verdade — sim ou não — que, em 31 de Dezembro de 2007, a Plêiade tinha um saldo negativo relativamente ao Grupo SLN de 26 711 559 €. Queria saber se este valor é exacto. Como se trata de uma auditoria, depois no apuramento das contas, pode ter sido obtido outro número.

Também gostaria de ouvir um comentário do Sr. Dr. ao seguinte parágrafo, das conclusões do relatório da Deloitte: «Adicionalmente, alguns dos ajustamentos às demonstrações financeiras das entidades, em

31 de Dezembro de 2007, identificados ao longo do nosso trabalho e descritos na secção III deste relatório...» — agora é o ponto que interessa — «... referem-se a situações que seriam do conhecimento dos órgãos sociais das entidades ou do grupo em que estas se encontram inseridas, constituindo, portanto, erros intencionais. Esta situação indica uma falha grave de controlo sobre a função financeira, pelo que a fiabilidade global das demonstrações financeiras destas entidades, em 31 de Dezembro de 2007, poderá ser questionada».

Como disse, gostaria de ouvir um comentário seu a este parágrafo da auditoria da Deloitte e gostaria que nos pudesse dizer, exactamente, a que situações e a que erros é que este relatório da Deloitte se pretendia referir.

A Sr.ª Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Lencastre Bernardo.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Sr. Deputado João Semedo, eu fiz parte do conselho de administração da SLN Novas Tecnologias nos anos 2002 e 2003. Devo dizer que, no princípio, nos primeiros tempos, eu nem sequer sabia que fazia parte do conselho de administração da SLN Novas Tecnologias, por muito estranho que lhe possa parecer. Mas, de facto, eu não sabia.

Soube-o, pela primeira vez, quando me puseram um papel para assinar e eu disse: «Olhe, mas isso não é nada comigo, é com a SLN Novas Tecnologias». Depois vieram explicar-me: «Mas o senhor também é administrador da SLN Novas Tecnologias». E fui administrador nesta SLN

Novas Tecnologias quando havia nove administradores, e eu era o último da lista.

Nunca participei em nenhuma reunião do conselho de administração da SLN Novas Tecnologias, nem nunca interfeiri na gestão da SLN Novas Tecnologias, nem de nenhuma das suas participadas. A minha actividade limitou-se a assinar documentos, aqueles documentos normais (requisição de viagens, autorização de despesas e coisas desse género) quando não havia mais nenhum administrador para assinar.

Quanto à questão da Redal, como já tive oportunidade de referir há pouco, eu não participei em nenhuma negociação de alienação da Redal. Nenhuma mesmo. Limitei-me a estar presente, como já disse, no dia da assinatura da venda para assinar a declaração de renúncia da Plêiade do conselho de administração da Redal. Não sei quem foi intermediário, se houve intermediário, como é que isso foi... Não sei de nada. Sei que, naquele dia, estavam lá presentes os representantes das empresas sócias da Redal, que eram a EDP, a Urbaser espanhola e — já não a Plêiade — a SLN Madeira.

Quanto à questão do relatório da auditoria da Deloitte, Sr. Deputado, por estranho que lhe pareça, não conheço o relatório de auditoria da Deloitte, nem nunca me foi distribuído, até esta data.

É evidente que a Plêiade tem de ter forçosamente grandes prejuízos, porque é uma sociedade gestora de participações sociais. Ora, se a Plêiade não presta serviços, não cobra juros, só pode vir a ter alguns rendimentos se as empresas que são da órbita da Plêiade tiverem lucros e distribuírem dividendos.

Ora, ultimamente, como a maior parte das empresas da órbita da Plêiade só têm tido prejuízos, é evidente que se foram acumulando da Plêiade.

Acabei de dar o exemplo, que o Sr. Deputado certamente ouviu, do relatório e contas de 2007, que apresentou um resultado negativo de mais de 6 milhões de euros, dos quais mais de 6 milhões são de uma das empresas da órbita da Plêiade.

Quanto ao parágrafo que o Sr. Deputado citou, atrever-me-ia a dizer que das empresas pelas quais sou responsável, ou cuja gestão acompanho, garanto em absoluto que nada disto se passou. Tenho a certeza absoluta. Tenho o cuidado de verificar as contas e tenho confiança no revisor oficial de contas e na auditoria que é feita e não me parece que nada disso se tenha passado. Admito que se possa ter passado em empresas do universo da Plêiade cuja gestão não acompanho.

Posso dizer quais é que acompanho e quais é que não acompanho. De facto, nas que acompanho, posso garantir em absoluto que nada disso se passou. Não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma a esse respeito.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, agradeço ao Sr. Doutor as suas respostas.

Insisto no seguinte: relativamente ao saldo negativo das transacções financeiras entre o Grupo Plêiade e a Sociedade Lusa de Negócios, acha que o valor que indiquei e que vem no relatório da Deloitte é um valor com alguma fiabilidade ou é absolutamente impossível de se verificar?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Sr. Deputado, a avaliar pelo que se passou no passado, admito que tenha verosimilhança, mas não tenho aqui o acumulado de todos os anos.

De facto, a Plêiade tem problemas muito graves em relação à sua gestão corrente, que, neste momento, está a ser, sobretudo, suportada pela SLN pelas razões que eu disse: não presta serviços, não cobra juros, as empresas que estão na sua dependência estão todas elas em situação económica difícil, se bem que a Inapal e a Omni sejam recuperáveis, mas o que é facto é que as empresas estão com alguma dificuldade.

Posso dizer ao Sr. Deputado, por exemplo, que os salários da Plêiade estiveram em atraso em Novembro, em Dezembro, em Janeiro e neste último mês: o meu, o da minha secretária e o da contabilista, que são as três únicas pessoas que existem na Plêiade, a Plêiade são três pessoas.

O Sr. João Semedo (BE): — Dá-me licença, Sr.ª Presidente?

A Sr.ª Presidente: — Seja brevíssimo, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — É muito breve. Qual é o universo de colaboradores deste grupo?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Da Plêiade?

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, sim.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — O que acabei de dizer ao Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Incluindo as empresas...

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Ah sim, incluindo as participadas.

A Inapal Plásticos tem cerca de 400 trabalhadores, a SPPM tem cerca de 300 trabalhadores, a Serviplex também cerca de 300, a VSegur, um pouco mais, entre 300 e 400, a Complementus tem apenas dois trabalhadores, a VANTeC tem quatro trabalhadores e a Omni, não tenho ideia, mas deve ter para cima de 100 trabalhadores. Mas na Omni, como o Sr. Deputado sabe, a Plêiade detém apenas 20% do capital.

O Sr. João Semedo (BE): — Obrigado pelo seu esclarecimento.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sr.ª Presidente, gostaria também de cumprimentar o nosso convidado de hoje e pedir-lhe apenas que faça alguns pequenos ajustes de informação.

Falou aqui das várias empresas pertencentes ao Grupo Plêiade e da sua evolução ao longo do tempo.

Seria possível, por ano, mandar-nos a lista das empresas que pertenceram à Plêiade? Se a tiver aí, muito bem; se não, até pode mandar depois, para termos uma noção de como é que esse universo evoluiu ao longo do tempo.

O mesmo lhe peço em relação aos administradores da Plêiade, pois referiu que houve um período em que eram uns e outro em que eram outros e era importante para vermos os vários grupos de administradores que houve.

Falou aqui também das dívidas ao Grupo SLN e das imparidades. Uma das grandes preocupações desta comissão de inquérito é a das dívidas das empresas do universo SLN em relação ao banco.

Gostaria que nos dissesse quais são, neste momento, as dívidas das várias empresas da Plêiade ao Grupo SLN e também as respectivas imparidades, uma vez que elas foram recentemente calculadas. Gostaria de saber em quanto é que elas montam no âmbito deste universo.

Já agora, como disse que tinha muita confiança no ROC, pergunto-lhe se o ROC é o mesmo da SLN ou é outro? Já agora, gostava que nos dissesse qual é o ROC da Plêiade, qual é a empresa de auditoria e se têm auditoria interna.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. Lencastre Bernardo.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Irei enviar à Sr.<sup>a</sup> Deputada todos os elementos que me solicitou.

Poderia agora enumerar quem foram os administradores sucessivamente. Tenho isso mais ou menos de cabeça, mas poderei mandar, depois, à Sr.<sup>a</sup> Deputada tal como lhe poderei enviar tudo quando tem a ver com a maneira como as empresas foram entrando e saindo da Plêiade.

No início, as da Plêiade foram as que acabei de referir. Depois, umas foram vendidas, como é o caso da Brechal e da Redal e outras foram

entrando, como é o caso das que aqui referi, designadamente a CNE, mas enviarei isso à Sr.ª Deputada.

Quanto às dúvidas ao Grupo SLN e à forma como elas evoluíram, também as enviarei à Sr.ª Deputada, com base num relatório da Deloitte.

O nosso revisor oficial de contas é Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, é o ROC da Plêiade, da Inapal, da SPPM, da VSegur, da Serviplex e da Complementus — apenas destas.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Peço desculpa, mas esqueci-me apenas de um pequeno pormenor.

Conhece ou não uma pessoa que por acaso tem o seu nome, que é o Pedro Lencastre Bernardo, ou não?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — Conheço. Se é aquele que estou a pensar, é o meu filho... *Risos*.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — É que ele seria uma pessoa importante na Microfil.

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — O meu filho trabalhou, de facto, na Microfil, trabalhou durante dois anos...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — A Microfil tem algumas relações importantes com o grupo SLN, em particular dizem que foi parqueada no grupo Diutec durante muito tempo, teve associada a um certo número de problemas também com as cartas de condução no ano passado, enfim... Teve conhecimento desses problemas?

O Sr. Dr. Lencastre Bernardo: — O meu filho, de facto, trabalhou durante dois anos na Microfil, foi convidado a trabalhar na Microfil, e, depois, saiu ao fim de dois anos. Aliás, antes já tinha trabalhado também na IBM.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Faço duas perguntas muito simples, sendo uma delas para saber qual é o peso do BPN no financiamento do Grupo Plêiade.

Segunda questão: depois da nacionalização, qual foi o impacto que isso poderá ter tido nas empresas do universo da SLN que estão parqueadas e que desenvolvem a sua actividade no Grupo Plêiade? Gostava de perceber como é que avalia isso.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Faça favor, Sr. Dr.

O Sr. Lencastre Bernardo: — Em algumas empresas o peso é grande.

Na VSegur, na Serviplex, na Complementus, o peso é total, pois o nosso principal financiador era o Banco Português de Negócios; na VANTEC é parcialmente o Banco Português de Negócios; na Omni também tem algum peso; na Inapal e na SPPM não peso nenhum, pois o BPN não é financiador nem da SPPM nem da Inapal.

Após a nacionalização, houve os problemas que eram esperáveis com esta nova situação. Temos tido alguns problemas de financiamento

junto do BPN que estamos a tentar superar, sendo que estamos a tentar gerir o melhor possível, mas é, de facto, muito difícil. Temos tido alguns problemas de financiamento em relação a algumas empresas, mas algumas dessas empresas estão em fase de alienação.

Por exemplo, a empresa VSegur está com algum problema de financiamento neste momento em relação ao BPN, mas é uma empresa que já está praticamente alienada, pois já há um compromisso firme de aquisição de empresa, e o mesmo se diga quanto à Complementus.

Em relação às outras, vamos tendo o financiamento possível, mas tem sido bastante mais difícil do que era, evidentemente.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigada, Sr. Dr.

Como os Srs. Deputados estão satisfeitos, dou por terminada esta audição, agradecendo muito ao Dr. Lencastre Bernardo as respostas que deu e pedindo-lhe o favor de enviar os elementos que disse que teria todo o gosto em fazer chegar à Comissão.

Srs. Deputados, a nossa próxima audição está prevista para as 17 horas e 30 minutos.

Faríamos um pequeníssimo intervalo, mas pedia-vos para não começarmos atrasados, até porque gostaria de aproveitar esse tempo para fazer uma reunião com os coordenadores, uma vez que alguns não estão presentes e, depois, decidiríamos quando é que a faríamos.

*Pausa.*

Srs. Deputados, estamos em condições de continuar os nossos trabalhos.

Esta audição, do Eng.<sup>a</sup> Francisco Sanches, foi requerida pelo CDS-PP, pelo que o Deputado Nuno Teixeira de Melo iniciaria as perguntas, perguntas essas que o Sr. Deputado requer que sejam feitas pergunta/resposta por considerar muito importante este depoimento.

Vou, então, buscar o Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches e depois damos, de imediato, início a esta audição.

*Pausa.*

Muito boa tarde, Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches, muito obrigada pela sua presença.

Esta audição vai iniciar-se com as perguntas a formular pelo Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, do CDS-PP, a que se seguirão, depois, as perguntas segundo a ordem dos partidos. Esta será uma sessão com o modelo pergunta/resposta, para a qual peço a maior das contenções no tempo para não prolongarmos demasiado os nossos trabalhos, até por uma questão de solidariedade para com o meu estado de saúde...

De qualquer das maneiras e, seguindo aquilo que já vem sendo hábito, nesta Comissão, vou pedir ao nosso convidado de hoje que nos faça uma brevíssima nota curricular, para que os Srs. Deputados se localizem, relativamente a V. Ex.<sup>a</sup>.

Faça favor, Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches, tem a palavra.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches (ex-Administrador da SLN): — Muito boa tarde.

Sendo breve, o que posso dizer, e talvez entrando dentro do espírito da Comissão é o seguinte: entrei no BPN, em 1998 — antes, tinha

trabalhado na área da educação —, a convite do Sr. Dr. Oliveira e Costa, para funções, que, na altura, tinham a ver com algum apoio às decisões que o Conselho de Administração do BPN tomava.

Em 2003, assumi também funções de administrador da SLN sem pelouro, situação esta que se manteve até Junho de 2008, com a entrada da administração presidida pelo Sr. Dr. Miguel Cadilhe.

Nesta altura, sou colaborador do BPN e estou na administração de uma empresa da SLN, empresa essa ligada aos meios de pagamento, como administrador não executivo.

A Sr.ª Presidente: — Muito obrigada, Sr. Eng.º.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, prometo que vou tentar mesmo ser sucinto nas questões, muito embora antecipe à Sr.ª Presidente que tenho, eu diria, um número assinalável de questões a colocar, até porque me parece — já se verá — que o Sr. Eng.º será das pessoas que poderá dar particular contributo ao que esta Comissão pretende esclarecer.

Nesta medida, Sr.ª Presidente, sendo sucinto nas perguntas, pedia-lhe essa compreensão, porque a matéria é muita.

Começo por agradecer ao Sr. Eng.º Francisco Sanches a oportunidade que nos dá e pedir-lhe que, na medida das suas possibilidades, me esclareça as questões seguintes.

Durante o ano de 2007 — sei que foi assim e sei que o senhor sabe que o que eu lhe vou perguntar foi assim, só pedia que me explicasse —, friso bem, o Sr. Eng.º escreveu, não uma mas, talvez, várias cartas para o

Banco de Portugal onde já assinalou, entre outras coisas, reporto-me a uma carta logo no final de 2007, particularmente mas não só, *offshore* vários, beneficiários de créditos de enorme montante sem prestação de garantias reais ou outras em favor da entidade que concedia o crédito, por exemplo as sete *offshore* que, mais tarde, nesta Comissão, vieram a ser relacionadas com o Banco Insular, e vários *offshore* relacionados com os negócios de Porto Rico.

Ora bem, o Sr. Eng.º perceberá que esta é uma informação muito importante, desde logo, na parte em que esta Comissão tem de avaliar os termos do funcionamento da supervisão.

Pergunto-lhe, pois, se assim foi ou não, se enviou ou não estas cartas, nomeadamente cartas com este conteúdo, para o Banco de Portugal.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor de responder, Sr. Eng.º.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Admito que tenha enviado essa carta, não sei qual é a carta a que se está a referir. Aquilo de que me recordo é que houve uma altura em que o Banco de Portugal, no seguimento de outras orientações que já tinham vindo de trás, exigiu ao BPN e à SLN que fossem indicados os últimos beneficiários desses *offshore* e foi nesse sentido que se trabalhou no banco, até porque se não fossem dadas essas informações, quanto a esses mutuários, digamos, o seu valor seria abatido aos capitais próprios.

E foi nesse sentido que se foi dando informação ao Banco de Portugal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Recorda-se, Sr. Eng.º, por exemplo, de ter dado informações sobre empréstimos concedidos a várias empresas do Grupo El-Assir, designadamente a Adler Assets LLC, a Delas Enterprises SA, Ilea Finance, Temporary Ltd, Bremenhill Services LLC, dando conta de créditos, para dar alguns exemplos, de 8 milhões e muitos euros, de 1 milhão e muitos euros, de 4 milhões de euros, de 3 milhões de euros — todos eles sem que fossem prestadas quaisquer garantias!

Queria que me confirmasse, ou não, o envio destas informações ao Banco de Portugal, nomeadamente num ofício, no final de Dezembro e se houve, ou não, outros ofícios do mesmo teor.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, houve vários ofícios! Esses nomes que relatou são nomes, alguns deles de que em recordo. Sinceramente, não sei se há aí alguns que têm ou não garantias. Como digo, isso tem a ver com uma indicação do Banco de Portugal, que até deu origem a um documento interno do banco que foi enviado a todas as estruturas comerciais, que não deviam propor operações de crédito que não tivessem, pelo menos duas coisas principais: a identificação clara de quem é que eram os beneficiários; e, segundo, a questão das garantias.

Portanto, todas essas situações nunca poderiam ser acolhidas, em termos do BPN, porque o Banco de Portugal também não aceitaria esses veículos e os montantes relativos a esses veículos seriam sempre abatidos aos capitais próprios. É aquilo de que me recordo, sinceramente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Confirma, portanto, que, já em 2007, tinha dado conta da existência destes veículos ao Banco de Portugal.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, sim. No seguimento de indicações ou de orientações do Banco de Portugal.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem! Só para que conste do registo que, necessariamente, acontece nesta Comissão.

Uma outra pergunta, Sr. Eng.º: qual foi o banco, em Miami, escolhido em tempos, para investimento pelo BPN?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Em Miami?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Desconheço.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Desconhece?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Em Miami, desconheço, sinceramente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Eng.º confirma, ou não, a omissão de referências ao BAI e ao investimento num banco de Miami ao Banco de Portugal, nomeadamente no ano de 2004?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Banco de Miami, sinceramente não conheço a situação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Passando por cima desse esquecimento, ou desse desconhecimento relativamente ao BAI, por que razão, Sr. Eng.º, não são feitas as referências, ou se é que foram, ao BAI, desde o primeiro momento em que há o relacionamento com este banco, no que toca ao BPN?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sinceramente, o BAI era um banco que aplicava montantes no BPN ou no BPN Cayman, já não sei se seria nas duas instituições.

Já agora, também convém referir aqui uma coisa: nunca fui administrador do banco, portanto há questões relacionadas directamente com o BPN que eu não sei ou não domino. Mas daquilo que me recordo, é que o BAI era um banco que, como outros bancos que havia, aplicava montantes no BPN e BPN Cayman e, se o fazia, isso tinha de estar relevado nas contas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, peço-lhe que se recorde, porque isto é importante.

Suponho que saberei dos exactos termos do relacionamento do Sr. Eng.º ao nível da administração do Grupo e do conhecimento que tinha nas muitas das decisões que eram tomadas.

Pergunto-lhe se confirma ou não que, nomeadamente o Sr. Eng.º, o Sr. Dr. Abdool Vakil, o Sr. Mahomed Iqbal, já em 2004, para dar alguns nomes, ponderavam e discutiam das referências, ou não, ao BAI e ao investimento num banco em Miami... Enfim, já percebemos que se esqueceu dessa circunstância...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, peço desculpa. Não me esqueci, não...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Enfim, dessas referências em notificações a prestar ao Banco de Portugal e, nomeadamente, nestas decisões partilhadas com intervenção destas três pessoas: já sabemos do da intervenção do Sr. Dr. Oliveira e Costa e até já percebemos como querem transformá-lo no único responsável de tudo e de mais alguma coisa.

Mas o que lhe pergunto é, destes factos, por exemplo, com o conhecimento partilhado pelo Sr. Eng.º, pelo Sr. Dr. Abdool Vakil, pelo Sr. Mahomed Iqbal, entre outros, e se se recorda, por exemplo, desta conversa acerca da inclusão ou não das informações do BAI e do tal banco em Miami a prestar ao Banco de Portugal.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Em relação ao BAI, já respondi há pouco. O BAI era um dos bancos que aplicava montantes no BPN e BPN Cayman, e isso tinha que estar relevado nas contas. Em relação ao banco Miami continuo a dizer que desconheço.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, só lhe vou ler um parágrafo: «Prezado Sr. Eng.º — isto terá lido por si, supostamente — Abaixo envio minuta da carta que tinha sido preparada anteriormente e dado que essa carta fazia referência ao BAI e ao investimento no banco em Miami, retiramos referência a esses casos, dados os últimos desenvolvimentos.

Note-se que a minuta original já tinha sido comentada pelo Sr. Eng.º José Oliveira e Costa, cujas alterações já se encontram introduzidas no texto.»

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Mas eu...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, mas o Sr. Eng.º é o destinatário: Francisco Sanches.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Ah, sim! Não me recordo de nada disso de Miami, sinceramente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não se recorda?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, não me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nem se recorda desta comunicação?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, nem me recordo. Em relação ao BAI, já respondi.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

Sr. Eng.º, explique, por favor, a razão de ser da Chamonix, Participações Limitadas. Explique-nos o que é esta Chamonix e para que servia.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — A Chamonix foi uma entidade que, ao que sei, foi utilizada para um negócio no Brasil, no Edifício de S. Paulo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E a Nova First, SA?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não sei se terá a ver com esse negócio, se tinha a ver com o sócio do Grupo que participou nesse negócio, que é o arquitecto de que não me recordo agora o nome...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Há-de lá chegar.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Desse nome, por acaso, não me recordo. De Chamonix, recordo-me. Agora, desse nome não tenho uma lembrança total.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, o Sr. Eng.º não se recorda dos termos em que a SLN Madeira e a Swiss Finance LLC participaram no capital da Chamonix?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não. Pormenores não sei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, explique-nos, por favor, o envolvimento da empresa La Granjilla Corporation, SA no universo SLN.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Essa era uma empresa que tinha um activo em Madrid, se não estou em erro, pertencente ao Sr. El-Assir.

Esse activo foi dado como garantia no financiamento dessa sociedade, que, como disse, fazia, supostamente, parte do património do Sr. El-Assir.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, a que título é que foi solicitada uma carta de crédito irrevogável, garantida pelo Taib Bank, no caso de não pagamento pela La Granjilla, até ao montante máximo de 3 milhões de euros, ao BPN?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Daquilo que me recordo, penso que essa operação tinha a ver com a eventual compra dos créditos dessa sociedade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pode explicar melhor, Sr. Eng.º?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Era uma sociedade que, segundo me recordo, entrou em incumprimento. O processo de execução da dívida em Espanha estava a decorrer — sinceramente, não sei como é que isso está nesta altura — e houve a possibilidade de esse banco, eventualmente, comprar o crédito.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Da sociedade La Granjilla ao BPN. É assim?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Exactamente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng., pergunto-lhe isto, porque nós vemos a La Granjilla e várias outras empresas do Grupo El-Assir relacionadas em negócios sucessivos, partilhados com o BPN, o que mostra aqui um relacionamento, eu diria, quase privilegiado.

Ora, eu gostava de perceber a exacta dimensão e alcance destes negócios. De que forma é que alguém que não cumpre continua a ser parceiro? De que forma é que alguém que não cumpre merece a prestação de mútuo de crédito de empréstimos no montante de milhões? De que forma é que alguém que não cumpre é interlocutor privilegiado noutros negócios, como, por exemplo, no caso dos negócios de Porto Rico?

Enfim, sabendo nós do seu conhecimento, da sua proximidade ao nível do conselho de administração, da sua participação no conselho de administração e de como isto, e agora já se percebe, funcionava, gostava que explicasse a esta Comissão a razão de ser não apenas de La Granjilla mas, enfim, desta escolha, porque, normalmente, quando uma empresa não cumpre, a partir daí, há reservas.

De facto, quando uma empresa não cumpre muitas vezes, normalmente, depois já não há negócios, mas, no caso do BPN e do Grupo SLN, a empresa não cumpre e, à medida de cada incumprimento, vai sendo mais beneficiada em negócios, em empréstimos, em empréstimos sem prestação de garantias.

Eu gostava que nos falasse sobre isto e que nos explicasse o alcance do Grupo El-Assir e desta La Granjilla, em particular, nos negócios do BPN.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — O que posso dizer é que a La Granjilla, se me recordo, foi uma sociedade que apareceu a pedir crédito

já depois do negócio, como o Sr. Deputado falou, de Porto Rico. E, nessa operação, foram dadas como garantias, como eu disse há pouco, um imóvel em Madrid, se não estou em erro, sobre o qual foi feita, digamos, uma hipoteca, e penso que não era a primeira mas a segunda hipoteca.

Quando o BPN ficou com a primeira hipoteca, porque, entretanto, o mutuário foi pagando as dívidas que tinha em relação ao primeiro banco, que era um banco espanhol, quando ele entrou em incumprimento, aquilo de que me recordo é que a área jurídica accionou, aliás, com advogados em Espanha, a hipoteca.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng., vamos lá ver uma coisa: nesta comunicação que o Sr. Eng.º faz ao Banco de Portugal, já em 2007, refere, do Grupo El-Assir, empréstimos no valor de 2 556 287 euros à Adler Assets LLC, de 2 843 000 euros à empresa Delas Enterprise, SA, de 2 843 000 euros à Ileia Financia, SA, tudo isto através do BPN Cayman, com zero de garantias prestadas.

Enfim, isto já é de 2007, pergunto-lhe se estes valores se referem ao pós ou antes negócio de Porto Rico.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Penso que esses são pós-negócios de Porto Rico.

Aquilo que sei de La Granjilla e de mais outras duas sociedades, que não referiu mas que são do mesmo Grupo, é que tinham imóveis, dois imóveis em Madrid e um outro no sul de Espanha, que tinham sido dados como garantias. Essas sociedades que falou, sociedades do BPN Cayman, que me recorde, não tinham efectivamente qualquer garantia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Eng. referiu-me agora que são várias empresas, mas do Sr. El-Assir, do Rahman El-Assir, será uma e é o denominador comum de todas elas – aliás, refere relativamente ao empréstimo feito, pedido ou solicitado já depois dos negócios de Porto Rico, a necessidade de prestação de uma garantia, supõe-se que real, para garantir esses empréstimos.

Lembrei os 8 milhões de euros de empréstimos que o Sr. Eng.º comunicou ao Banco de Portugal em 2007 relativamente a três empresas do Grupo El-Assir, o tal denominador comum, sem que tenham sido prestadas quaisquer garantias reais.

Ora, eu gostava de perceber como é que, por um lado, nos refere, em relação a La Granjilla Corporation, a necessidade da prestação dessas garantias e, por outro, são emprestados a três outras empresas da mesma pessoa, pelo menos do mesmo Grupo, 8 milhões de euros sem prestação de garantias reais? Como é que os senhores emprestavam estes montantes nestas circunstâncias, enfim, sem garantias, já depois dos negócios de Porto Rico, com tudo o que isso significou para o Grupo SLN, a esta pessoa e às empresas do Grupo?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Lembro-me de ter acompanhado as três empresas do BPN. Em relação às outras, desconheço por que é que foi assim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, vou tentar lembrá-lo de um outro ofício, que julgo ter lido, e que teve, pelo menos, a participação do Sr. Eng.º, onde se relatava o financiamento estabelecido entre o BPN Cayman e as sociedades Delas Enterprise, Ilea Financia e

Adler num total de 14 215 287 euros, com transferência para financiamentos a favor do Excellence Assets Fund como preço pela compra de acções da Biometrics Imagineering. Talvez isto ajude o Sr. Engenheiro a recordar-se...

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — O Sr. Deputado quer que eu diga...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Gostava de perceber.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Peço desculpa por estar aqui a falar desta forma, mas penso que a Comissão saberá isso e, portanto, não...

O Sr. El-Assir foi uma pessoa que veio indicada pelo Sr. Dr. Dias Loureiro. Portanto, a partir daí, há algumas questões que, eventualmente, eu desconheço do relacionamento entre o Sr. El-Assir e o Dr. Dias Loureiro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, mas isso é natural!

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Aquilo que acompanhei directamente, até porque, junto da área jurídica do banco, essa questão foi levantada, foi que, como eu disse, havia garantias bancárias reais para as três empresas, a tal La Granjilla e mais duas sociedades, de cujo nome agora também não me recordo, mas o Sr. Deputado, eventualmente, terá os nomes. Em relação às outras...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, é evidente que nós também estamos a apurar aqui os relacionamentos de toda a gente

com toda a gente, de toda a gente com empresas e de empresas com empresas, obviamente, por vantagem para aquilo que estamos a tentar esclarecer, e o país está muito atento.

Agora, independentemente desse relacionamento privilegiado que refere, esse é um relacionamento de duas pessoas, há, depois, tudo o resto, o relacionamento do BPN e da SLN com o Sr. El-Assir e as empresas do Grupo El-Assir.

Há pouco, o Sr. Eng.º não se recordava, para além do que tinha referido, da dimensão desse relacionamento e dos empréstimos; referi-lhe os montantes dos empréstimos concedidos a três empresas, os quais o senhor informa o Banco de Portugal, em 2007 (e bem!), dando-nos conta que o Banco de Portugal já, em 2007, sabia da existência destes *offshore*, e, pelos vistos, conformou-se com isso.

Agora, eu só refiro este encadeamento dos empréstimos efectuados para justificar créditos a empresas do Grupo El-Assir, que, por seu lado, suportam financiamentos a favor do Excellence Assets Fund, como preço pela compra de acções da Biometrics Imagineering, para que o Sr. Engenheiro perceba, que mais não seja, que eu sei que também se trata de processos financeiros nos quais o Sr. Eng.º teve intervenção.

Por outro lado, também tenho repetido que não sou polícia, não me interessa aqui apurar, do ponto de vista jurídico-criminal, quem tem ou não culpa e do quê; interessa-me apurar de que forma é que o Estado hoje tem de suportar os prejuízos de um banco, e, porventura, não se sabe de que dimensão, em razão de negócios que foram feitos e que são a base de um, enfim, buraco inimaginável há muito pouco tempo.

Eu gostava de perceber, nesta circunstância e com o conhecimento privilegiado que o Sr. Eng.º tem, de que forma é que estes empréstimos se

processavam. Quem falava com quem? O Sr. El-Assir ia ter com quem? Enfim, o Sr. Eng.º aparece aqui porquê? Por que é que os montantes são estes? Qual a interacção deste Excellence Assets Fund nos negócios e quem, desde logo, representava cada uma destas empresas?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Repito, aquilo que acompanhei foram os créditos concedidos pelo BPN a essas três sociedades, relativamente aos quais há garantias. Em relação a esses, o acompanhamento que tive disso foi muito à distância, e isso teve a ver, como é evidente, com a inclusão do fundo e da Biometrics com o negócio de Porto Rico.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, qual foi a resposta que o Banco de Portugal lhe deu...

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): —... na sequência desses ofícios, em 2007, em que dava conta destes empréstimos que foram feitos?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Sinceramente, não me recordo.

Provavelmente, se essas sociedades não tinham garantias, era para abater aos capitais próprios do BPN Cayman e, por sua vez, em relação ao Grupo. Mas, sinceramente, não sei qual foi a resposta.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não deixa de ser estranho.

Do Banco de Portugal, significa, no mínimo, que não tem memória de nenhuma resposta expressiva na sequência de uma comunicação que faz de factos que... Aliás, lendo este ofício, percebo da gravidade do que lá está, e não sou supervisor...! O que estranho é que, feita essa comunicação, o Sr. Eng.º não tenha memória de nenhuma reacção por parte do Banco de Portugal.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Estou a dizer que, provavelmente, a resposta que o Banco de Portugal deu foi uma resposta genérica, que já tinha sido dada nessa altura, pelo menos já tinham sido dadas orientações no sentido de todos os veículos que não tivessem a indicação do último beneficiário e não tivessem garantias era para abater aos fundos próprios.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, que pagamentos eram devidos ao Sr. Alejandro Agag por causa dos negócios de Porto Rico?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Sei que o Sr. Agag funcionou como assessor do presidente do Grupo durante um certo período e que tinha uma remuneração por isso. Agora, mais do que isto não sei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não sabe, em concreto, da participação do Sr. Agag nos negócios de Porto Rico?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não, não sei isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, a Nexpart, SGPS, SA, o que era? O que fazia?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — A Nexpart?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — A Nexpart foi uma sociedade criada para que as participações que os colaboradores tinham na SLN, as participações directas que os colaboradores tinham na SLN, fossem agrupadas numa só entidade, para que nas assembleias-gerais pudessem aparecer, digamos, unidos numa só voz.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Por que razão é que omitiram a menção «acções próprias» em comunicações à CMVM com referência à Nexpart?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não sei se a Nexpart era considerada como acções próprias. Elas eram dos colaboradores do Grupo, que eram os accionistas. Quem dirigia a Nexpart eram os colaboradores do Grupo.

Agora, se o entendimento do Banco de Portugal era que eram acções próprias... Mas penso que isso nunca foi colocado, porque os accionistas da Nexpart eram os colaboradores.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Eng.º não se recorda de lhe ter sido pedido um comentário a um ofício a dirigir à CMVM, onde, expressamente, se lhe perguntava da falta de menção às acções próprias,

uma vez que o balanço aprovado não reflectia a existência de acções próprias?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não, a Nextpart não era assunto que eu acompanhava. Nunca fiz parte da administração.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas trata-se de uma comunicação que lhe é feita a si, pessoalmente.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Quando?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Em Setembro de 2005.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Da CMVM?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não. De uma pessoa do Grupo a pedir-lhe um comentário acerca do teor do ofício a remeter à CMVM neste propósito. Não se recorda?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E sobre se deveria ou não reter a menção a acções próprias, uma vez que o balanço aprovado não reflectia a existência delas?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não, não me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se não se recorda, não se recorda.

Sr. Eng., o que é a SLN Trading, SA? Onde é que tem sede? Para o que serve ou para o que servia?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Sinceramente, com esse nome, não me recordo dessa sociedade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Em Cabo Verde.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — A de Cabo Verde, chamava-se SLN Cabo Verde. Pelo menos, é aquilo que me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Refiro-me à SLN Trading, SA.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Sinceramente, da SLN, em Cabo Verde, só me lembro da SLN Cabo Verde. Dessa Trading não me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já lá voltaremos, então.

Sr. Eng.<sup>o</sup>, explique-me, agora, por favor, o funcionamento do Banco Insular, que é uma matéria sobre a qual esta Comissão se tem debruçado bastante. Explique o seu funcionamento, por que é que foi criado, para que é que servia.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — O Banco Insular era um banco que fazia parte da Fincor.

Quando foi da compra da Fincor pelo BPN, o Banco Insular não veio atrás nessa aquisição e o Dr. Vaz Mascarenhas terá «assumido» esse banco.

Com uma relação que se pode considerar privilegiada com o Grupo, aparentemente havia um compromisso entre o Dr. Oliveira Costa e o Dr. Vaz Mascarenhas de que, mais cedo ou mais tarde, o Banco Insular poderia formalmente fazer parte do Grupo SLN, e foi essa situação que se arrastou até 2008.

A forma como isso funcionava e aquilo que estava por trás de alguns mutuários do banco foi também uma das razões que indirectamente levou a que o Dr. Oliveira Costa fosse afastado da liderança do Grupo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já vamos voltar ao Banco Insular.

Entretanto, encontrei o que será uma proposta de acta, suponho, sobre essa sociedade que o Sr. Eng. não se recorda, que diz assim: «No dia 10 de Novembro de 2004, pelas 17 horas, na sede social sita na Rua São João de Deus, n.º 12, Letra C, no Funchal, Madeira, a sociedade SLN Madeira SGPS, SA, pessoa colectiva (...) matriculada na Conservatória do Registo Comercial (...), com capital social (...), na presença de todos os membros, a saber o Presidente do Conselho de Administração Dr. José de Oliveira Costa e os vogais Dr. Luís Carlos Oliveira Caprichoso e Eng. Francisco Cândido Gonçalves Sanches, abertos os trabalhos, foram discutidos diversos assuntos.

Ponto único: proposta de constituição de uma sociedade com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde, denominada SLN Trading, SA, na qual

a SLN Madeira SGPS, SA irá subscrever 6000 acções com o valor nominal de 1000 escudos cabo-verdianos cada uma.»

A tal sociedade que o Sr. Eng. não se recorda...

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não. O nome que me recordo é o da SLN Cabo Verde. Agora, se a SLN Cabo Verde dantes se chamava SLN Trading, não me recordo. Presumo que seja a mesma sociedade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Será, porventura.

Sr. Eng.º, de novo quanto ao Banco Insular, nós percebemos que ele foi utilizado ao nível da SLN, mas no que se refere ao relacionamento com o BPN, em concreto, como um expediente ilícito para emprestar dinheiro a accionistas do Grupo, mascarar prejuízos do Grupo, justificar moras do Grupo, através de transferências feitas via BPN Cayman, BPN IFI para o Banco Insular e daí para terceiros, já vários depoentes, nomeadamente o Sr. António Franco, o Sr. Dr. Pedro Duarte Neves, afirmaram, sem dúvidas, em termos que as actas desta Comissão registam, que essas ordens eram dadas pelo Sr. Eng. ou que o Sr. Eng.º era uma das pessoas que dava ordens para essas transferências e para esses pagamentos.

Gostava que me precisasse isso mesmo: como é que dava essas ordens? Por que é que dava essas ordens, se tinha consciência da ilicitude desse procedimento? Enfim, como é que tudo isso se passava?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Em relação a essa questão, gostava de dizer o seguinte: toda a minha postura em relação à questão do Banco Insular foi sempre de acabar com essa situação. Até porque era uma situação que criava alguns entraves ao funcionamento do Grupo e era

mesmo um constrangimento na relação que existia entre o Dr. Oliveira Costa e os accionistas, numa fase posterior.

Portanto, tudo aquilo que eu fiz em relação ao Banco Insular foi tentar, por exemplo, que clientes que eram clientes também do BPN e estavam também clientes do Banco Insular pudessem passar os seus créditos para dentro do BPN para diminuir a exposição que tinham no Banco Insular e, assim, ao fim e ao cabo, também diminuir o seu balanço.

Foi sempre essa a minha postura em relação à questão do Banco Insular. Não vou dizer, aqui, que desconhecia a existência do Banco Insular - aliás, é uma realidade que, por muitos, era conhecida.

No entanto, a minha postura foi sempre essa e, na altura em que houve possibilidade de alterar o rumo das coisas, foi nesse sentido que foi a minha postura.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, quando é que teve conhecimento da existência do Banco Insular?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Em 2003, 2004, por aí.

Como disse, era uma situação que tinha saído da Fincor quando ela foi adquirida e nós sabíamos que havia um relacionamento privilegiado entre o Dr. Mascarenhas e o Dr. Oliveira Costa sobre isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng., peço-lhe que se recorde, pois talvez seja um pouco mais cedo, nomeadamente porque já em 2001 lhe eram pedidas transferências do Banco Insular, por exemplo, para a Fincor SGPS, fosse através da Doyle, fosse por pagamento directo

da Insular Holding. Portanto, pedia-lhe que se recordasse. São, pelo menos, dois anos antes.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não me recordo disso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas foi assim.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> refere que a sua preocupação foi sempre incluir as contas do Banco Insular dentro do universo consolidado.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng., nós estamos a falar de contas de 2001, 2002, 2003, 2004 e nós estamos em 2009 e ainda não foram consolidadas! E durante esse tempo todo o Sr. Eng. esteve lá a dar instruções para que as transferências fossem feitas.

Ora, eu gostava de perceber como é que a um tempo se trabalha no sentido da consolidação e da inclusão das contas e no outro se mantém todos estes anos a ordenar transferências, que, percebemos hoje, são a razão de ser da saída daquilo que é conhecido como o «buraco» do BPN.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Muitas operações que foram parar ao Banco Insular eram operações que já estavam no BPN Cayman e que foram transferidas para o Banco Insular. Portanto, eu não tenho nada a ver com essas situações.

Como lhe disse, a minha postura, em relação a isto, foi sempre a de tentar resolver esta situação. E, portanto, foi esse sempre o meu espírito dentro daquela casa. Admito, eventualmente, como é evidente, que possa

ter transmitido algumas orientações vindas do Dr. Oliveira Costa. Admito isso. No entanto, só casos concretos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng., se bem me recordo, o Banco Insular era composto por 100% depositantes BPN.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não sei se seria assim. Penso que haveria bancos angolanos que também tinham lá depósitos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já lá vamos, porque daqui a pouco vou colocar-lhe algumas questões sobre o *Estado da Nação*, de cuja primeira versão o Sr. Eng. é protagonista - aliás, em todas as versões do documento se estabelece, como caracterização do Banco Insular, essa circunstância dos 100% depositantes BPN.

Pergunto-lhe, até, Sr. Eng., se esses depositantes tinham conhecimento da utilização para efeitos de financiamento do Banco Insular nos termos me que agora se conhecem.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Daquilo que eu me recordo, haveria alguns clientes que tinham assinado mandatos para a gestão das suas aplicações — uma espécie de gestão discricionária por parte do banco. Agora, não sei se seriam todos. Não era uma área que eu sabia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng., qual era o universo das pessoas que, no funcionamento do Banco Insular, determinava transferências? Enfim, quem é que dizia «transfira-se tanto para tal sítio»? Sabemos que o Sr. Eng. era uma dessas pessoas, que o Dr.

Oliveira Costa necessariamente era outra. Já percebemos aqui que, afinal, também o BI linha não era tão virtual como isso. Mas queria saber, exactamente, quem (todas as pessoas), ao nível do BPN, tinha conhecimento das transferências feitas.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — O Dr. Luís Caprichoso, o António Franco, as pessoas relacionadas com a área financeira do banco e também com a sala de mercados, porque...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quem?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — As pessoas que tinham o pelouro da área financeira, da sala de mercados.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Que eram quem?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Os administradores, eventualmente, poderiam não saber...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Diga-me nomes, Sr. Eng.!

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Que me recorde, o Eng. José Augusto Costa, nomeadamente no que tinha a ver com a questão daquilo que falou há pouco, das transferências dos depósitos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só estes? Mais ninguém?

Imagine que queríamos definir quem, desde 2001 até 2009, sabia os exactos termos do funcionamento do Banco Insular — porque é a questão que está em causa.

Sabemos que o Sr. Dr. António José Duarte esteve aqui e disse que sabia e até explicou que não poderia ser uma circunstância virtual, porque, dizia ele, ligava-se o cabo ao sistema e imediatamente se ficaria a perceber, e isso poderia ser feito pelas auditorias internas e externas; o José António Franco; o Dr. Luís Caprichoso; o Sr. Eng.

Tivemos aqui também o Dr. Coutinho Rebelo que nos explicou que, nas circunstâncias da sua actuação no BPN Cayman, também saberia do que lá se passava. Enfim, já definimos aqui um universo de, pelo menos, cinco, seis pessoas que sabiam necessariamente do que, ao nível do Banco Insular, acontecia.

O que lhe pergunto é se se recorda de haver outras pessoas além destas.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não, para além do Dr. Vaz Mascarenhas, como é evidente, que também ordenava operações como presidente do banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tenho mais do que uma versão deste *Estado da nação* — aliás, começou por ser *Estado da nação*, depois tivemos uma segunda versão com o nome *SLN – O estado da nação* — *Março 2008*, mas, nesta primeira versão, particularmente, já são referidos os problemas fundamentais do Grupo, tal qual hoje se conhecem, com Contas Investimento, com os diferenciais de remuneração, com os fundos imobiliários, com o Banco Insular, com as

insuficiências de provisões do BPN Cayman e do BPN IFI, com compromissos extrapatrimoniais não contabilizados, com parcerias de negócios, com um resumo quantificado dos problemas e, finalmente, com uma solução, com caminhos apontados, parcerias de negócios, etc., e, numa última página, é estabelecida uma solução de compromisso, onde se diz, com o título *De um extremo ao outro, solução de compromisso*, «garantir uma transição pacífica, constituição imediata de uma comissão executiva ao nível do Banco BPN, nomeação do Eng.º Francisco Sanches como CEO por cooptação, após renúncia ao cargo do Presidente Dr. Oliveira Costa, nomeação da Comissão Executiva constituída por quatro elementos».

Eu, agora, gostava de perceber como é que se chega a esta conclusão, com o é que alguém que foi braço-direito, durante anos, do Dr. Oliveira Costas — suponho que terá sido chamado ao banco por sua escolha —, de repente, se transforma na solução dos problemas *De um extremo ao outro*.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Esse documento, provavelmente, como referiu, tem várias versões, portanto não sei qual é essa versão...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Esta é a primeira!

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — ..., até porque essa questão nunca me foi colocada como está, nesses termos.

Aí fala do BPN-SGPS ou do BPN?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Do BPN-SGPS na parte...  
Nesta constituição?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Constituição imediata de uma comissão executiva ao nível do banco BPN.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Essa questão nunca me foi colocada.

Aqui, se me permitem, gostava de falar um pouco sobre aquilo que tem a ver com a saída do Dr. Oliveira Costa, que penso que vos poderá explicar um pouco essas situações.

A partir de 2006, o presidente do Grupo começou por ter algumas dificuldades na gestão e no controlo do Grupo, nomeadamente porque a questão do Banco Insular estava a criar alguns constrangimentos ao funcionamento do Grupo.

A isto acresce o facto de, quando foi a eleição do conselho de administração em 2006, ao contrário daquilo que eu pensava e que opinei, o conselho de administração foi, digamos, uma solução interna, quando deveria ter sido uma solução com pessoas de fora do Grupo, para poder tratar do próprio futuro do Grupo.

E, a partir daí, também houve um conjunto de pessoas que começaram a pressionar o Dr. Oliveira Costa para resolver a situação do Banco Insular, a que acresce, no início de 2007, um processo de ruptura, de degradação, da relação entre os principais accionistas e o Dr. Oliveira Costa, que faz com que esses accionistas propusessem ao Dr. Oliveira

Costa que ele deixasse de ser o presidente executivo e assumisse funções não executivas, mais de *Chairman*. Aliás, se tiverem acesso às actas do conselho superior da SLN, isso está lá retratado de uma forma objectiva e cronológica. Portanto, isto que estou a dizer é o que está também nas actas do conselho superior com mais pormenor.

O que se passou foi que houve uma proposta dos Srs. Accionistas ao Sr. Dr. Oliveira Costa para que se fizesse uma divisão do Grupo, que, aliás, é uma coisa que já tinha sido falada há uns anos atrás, até porque o Banco de Portugal nunca aceitou muito bem a forma como o Grupo estava organizado. Eles sugeriram que o Sr. Dr. Oliveira Costa ficasse como *Chairman* e houvesse uma divisão numa área financeira e numa área não financeira.

Para a área não financeira foram vistos vários nomes e foi escolhido um nome de fora, o Dr. Franquelim Alves, que entrou, penso eu, em meados de 2007, se não estou em erro, que era uma solução de compromisso e transitória, e, eventualmente, eu poderia ficar à frente da área não financeira, digamos, a fazer uma coordenação das empresas financeiras.

Esta foi, digamos, uma solução consensual entre o Dr. Oliveira Costa e os accionistas, só que isto foi-se arrastando e, na prática, nunca se chegou a concretizar, até que os accionistas tomaram uma oposição mais radical e forçaram a decisão da saída do Dr. Oliveira Costa em Fevereiro.

Quero dizer também que o ano de 2007 foi, praticamente, um ano em que o Grupo também acaba por ter um comando muito ténue e muito fraco por parte do Dr. Oliveira Costa e, como é evidente, isso também teve os seus reflexos na própria *performance* do Grupo.

Agora, como digo, essa questão do banco nunca se colocou, colocou-se, sim, a possibilidade de haver alguma coordenação da área financeira, portanto, das empresas da área financeira, mantendo o Dr. Oliveira Costa como presidente do banco, o que também era assim um pouco esquisito, mas era essa a solução que tinha sido encontrada. Mas, como disse, essa solução, depois, acabou por não ser concretizada, acabando, depois, com a saída do Dr. Oliveira Costa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ó Sr. Eng.º, que se terá colocado colocou-se, porque o Sr. Almiro Silva, numa das últimas audições que aqui tivemos, esclareceu que essa foi uma solução.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não! Aquilo que foi falado comigo e aquilo a que eu estava, digamos, predisposto, numa solução provisória, era fazer a coordenação da área financeira, onde também estava incluído o banco. Mas nunca se pôs a questão do Dr. Oliveira Costa sair do banco, pelo menos...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim. Mas a questão concreta do Sr. Eng.º ser nomeado CEO da...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não! Até porque não tenho capacidade técnica para isso, nem era uma coisa que eu desejava, como é evidente!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Alguém desejaria ou o documento teria sido elaborado nestes termos!

Ó Sr. Eng.º, mas refere que as actas do conselho superior da SLN estabeleciam já esta solução para o banco que...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Para o Grupo! Para o Grupo SLN!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ..., ou melhor, para o Grupo que menciona. E quando é que isso foi discutido ao nível do conselho superior?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Começa a ser discutido em Abril ou Maio.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — De 2007?!

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, de 2007! Talvez em Março, Abril ou Maio, quando houve as primeiras discussões sobre alguns negócios do Grupo também, por parte de alguns accionistas, houve algum desconforto em relação a alguns outros accionistas que consideravam que uns eram privilegiados em termos de relacionamento com o presidente do Grupo. E penso que tudo isto também tinha muito a ver com a questão do futuro do Grupo e com a liderança do Grupo no futuro.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quer dizer, então, que o conselho superior tem, basicamente, conhecimento desta realidade que o documento retrata desde o início de 2007?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não! Desse documento, penso que não! Penso que esse documento é um documento já de finais de 2007.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Finais de 2007.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Penso eu.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, será a data que o Sr. Eng.º estabelece como conhecimento mais alargado da situação geral...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, eventualmente, já em 2008. Foi aprovado em 2008 já com o Dr. Vakil...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Com o Dr. Vakil é outra versão.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — ... já com o Dr. Vakil indigitado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS): — Sr. Eng.º, com o Dr. Vakil é outra versão, e esta é necessariamente de 2007, porque esta é que avança o Sr. Eng.º como...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Admito que sim!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — ... solução de compromisso. Portanto, se assim é, é, necessariamente, de 2007.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Mas aí, como lhe digo, isso... Por isso é que eu lhe perguntei se isso era BPN-SGPS ou BPN, porque, se fosse BPN-SGPS, como sabe, era a *sub-holding* da área financeira.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, porque razão é que, quer ao nível daquilo que é a sua participação e o seu âmbito de decisão e de conhecimento, mesmo no conselho superior, estes factos não são comunicados ao Banco de Portugal? Ou, pelo contrário, foram? Porque, se não foram, então houve uma omissão juridicamente relevante...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Peço desculpa, que factos?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Os factos que o documento relata — Banco Insular, empréstimos a empresas do Grupo não relevadas, transferências não consolidadas, enfim, tudo aquilo que hoje...

Se nós estamos aqui a discutir o BPN é, exactamente, pelo que este documento retrata. Porque se o que este documento retrata em termos de substância não se verificasse, nós não estávamos aqui, seguramente, a discutir o BPN e, muito menos, as circunstâncias da sua nacionalização.

Portanto, gostava de perceber por que razão é que não se comunicou ao Banco de Portugal ou se, pelo contrário, se comunicou e quando. Porque o não comunicar é crime e o comunicar, não se conhecendo, isso dá, nesse ponto de vista, desconhecimento, e eu gostava de... E isto não é circunstância de um homem só! Portanto, gostava de

perceber porque razão é que o que aqui está não foi comunicado ao Banco de Portugal ou se, pelo contrário, foi.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não! Penso que o que está aí não terá sido comunicado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nunca terá sido comunicado?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Eu penso que não. Poderá ter havido aí alguma comunicação, mas tem a ver com aquilo que eu disse há pouco, isto é, de haver sociedades que não tinham garantias, que não tinham os beneficiários, mas, em relação a isso, o Banco de Portugal já tinha dado instruções para abater isso aos fundos próprios.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, o Banco de Portugal já questionava sobre o Banco Insular, de acordo com o registo do Grupo na *Internet*, pelo menos desde Junho de 2007.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim! Em relação a esse pedido...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E as *offshore* foram comunicadas pelo Sr. Eng.º pelo menos também em 2007!

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim. Mas, voltando um bocadinho atrás, se me permite, em relação a esse pedido de informação do Banco de Portugal, pelo menos se é a esse pedido que se está a referir, esse foi

um assunto que foi discutido com o Dr. Oliveira Costa e ficou na mão dele dar ou não dar resposta em relação a essa situação, resolver ou não resolver essa situação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O ofício a que eu me reporto é assinado apenas por si, não é assinado pelo Dr. Oliveira Costa.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, não! Estou a falar do pedido de informação do Banco de Portugal!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O pedido de informação é remetido pela supervisão do Banco de Portugal, de facto. Eu recordo-lhe até, Sr. Eng.º como várias pessoas — mais do que uma, das que aqui prestaram depoimento — consideraram particularmente inaceitável a circunstância de essas informações terem sido pedidas já em Junho de 2007 e termos chegado ao extremo da nacionalização, sem que, entretanto, isto tenha tido uma consequência para o Banco de Portugal.

O que lhe pergunto, pela sua participação na administração, que é conhecida, é como é que isso se explica. Como é que se explica que a supervisão questione o seu conselho de administração, a avaliar pelo que aqui nos diz durante anos, e se conforme com isso sem agir? Como é que isso é possível? Quer dizer: se, desde Junho de 2007, se pergunta sobre o Banco Insular e o senhor diz que não dá resposta ao Banco de Portugal, então, está a dizer-me que confirma aqui que o Banco de Portugal, desde Junho 2007, questiona sobre o Banco Insular e, apesar disso, não decidiu coisa alguma.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Eu não sei se não houve qualquer resposta, o que eu sei é que o Dr. Oliveira Costa ficou de resolver essa questão e de tratar desse assunto. Agora, se o Dr. Oliveira Costa chegou a falar com alguém do Banco de Portugal sobre o assunto, desconheço.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se assim tivesse sido, o Sr. Eng.º não assumia aqui, como assumiu há pouco, que nunca foi comunicado ao Banco de Portugal, teria, pelo menos, mantido também essa reserva e dizia: «Bom, não sei se foi comunicado ao Banco de Portugal, porque isso esteve nas mãos do Dr. Oliveira Costa». Quer dizer: não se pode ser peremptório para uma coisa e para outras ser opinativo.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não! Não estou a dizer em relação a tudo, estou a dizer em relação a essa questão concreta que se passou em Junho de 2007!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, quem foram os accionistas que participaram nesse movimento de destituição ou de substituição do Dr. Oliveira Costa?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Penso que, praticamente, terá sido todo o conselho superior, à excepção de uma ou duas pessoas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Desculpe, não percebi.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Praticamente terão sido todos os membros do conselho superior, à excepção de uma ou duas pessoas. Mas destituição é uma palavra muito forte.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º. porque é que nunca comunicou, no que lhe toca, com a relevância que isto tem, este documento ao Banco de Portugal?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Porque...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pelo seu conteúdo!

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Porque sempre achei que estas questões podiam ser resolvidas dentro da casa e que o Dr. Oliveira e Costa tinha «obrigação» de arranjar uma solução para as resolver.

Aliás, há pouco esqueci-me de referir, mas uma das razões que entronca com isto e que levou ao mau relacionamento entre os accionistas e o Dr. Oliveira e Costa teve que ver com o facto de, em meados de 2007, o Dr. Oliveira e Costa ter promovido uma solução para o Grupo, de compra de 45% da SLN, através de uma entidade ligada ao Grupo Carlyle, que vinha com investidores angolanos em que o Dr. Oliveira e Costa julgava que através dessa operação poderia resolver o problema do Banco Insular.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, o Dr. Oliveira e Costa podia ter obrigações, mas todo um conselho de administração tem obrigações, não é só o Dr. Oliveira e Costa. O Sr. Eng.º ordenou

transferências para o Banco Insular pelo menos, desde 2001 e eu estou a referir-lhe início de 2007.

O problema Banco Insular com as transferências que eram feitas à margem da lei não surge em 2007, surge desde o momento da constituição do banco e o Sr. Eng.º ordenou transferências desde, pelo menos, 2001. Portanto, pergunto-lhe se o Sr. Eng.º não sente, também, a sua obrigação, por um lado, a sua cumplicidade com um procedimento que é ilícito e, por outro lado, ...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado, agradeço-lhe que em matéria que não seja do âmbito desta Comissão deixássemos o Sr. Eng.º responder sem esses juízos valorativos, está bem?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, peço desculpa, mas isto é rigorosamente do âmbito desta Comissão, porque eu não posso discutir transferências do BPN Cayman ou do BPN IFI para o Banco Insular e daí para terceiros à margem da lei sem, obviamente, contemporizar aquilo que a lei estabelece que é a ilegalidade do procedimento.

Isto parece-me mais do que evidente, agora não somos tribunal na medida em que não temos de aplicar penas, não temos de julgar ninguém, mas temos de avaliar objectivamente o que aconteceu e o que eu preciso de saber aqui, até para perceber se do ponto de vista do Banco de Portugal, este esteve ou não suficientemente activo ao nível da supervisão, é se quem assim agia, agia com a consciência da ilicitude do seu procedimento ou não.

Porque convenhamos que não é irrelevante, Sr.<sup>a</sup> Presidente, saber se alguém ordena transferências para o Banco Insular durante sete anos e depois chegados a 2009 quer convencer-nos a nós que, afinal, o Dr. Oliveira e Costa é que determinava tudo, porque a mim não me parece normal e eu gostava de perceber. É só isso, Sr.<sup>a</sup> Presidente, sem qualquer juízo valor.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sem qualquer juízo valorativo, o Sr. Deputado pode, com certeza, colocar as questões que entender.

Sr. Eng.<sup>o</sup>, tem a palavra.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Repito aquilo que disse: pensei que era um assunto que se podia resolver dentro da casa e que o Dr. Oliveira e Costa tinha obrigação de criar as condições para o resolver.

Em relação ao Banco Insular, como já disse, a minha postura foi sempre de tentar resolver e minimizar os problemas que tinha em relação ao Banco Insular.

Portanto, casos concretos é uma questão de analisar caso a caso e não posso estar aqui a responsabilizar-me por transferências que não conheço, porque não sei o que é que se passou. Até porque não era eu que lidava com a área operacional, portanto não posso, agora, estar aqui a dizer em abstracto...

Como lhe disse, houve da minha parte, em relação a algumas situações, a necessidade e o pedido que foi feito a alguns clientes, que eram também clientes do outro Banco, que retirassem os seus créditos do Banco Insular e passassem para o BPN para reduzir o balanço, esta foi uma das minhas intervenções.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Parece que diz muito de si.

Sr. Eng.º, passando ao tempo seguinte, o Dr. Abdool Vakil é administrador do Banco, no seu período, ainda que transitório, já sem Dr. Oliveira e Costa, e por isso faço-lhe a mesma pergunta: como é que ao menos aí não é dado conhecimento do conteúdo do que este documento revela, ou também estavam à espera que fosse o Sr. Dr. Oliveira e Costa a resolver o problema nas circunstâncias em que já estava?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, até porque durante o período do Dr. Vakil prepararam-se várias informações e houve várias conversas do Dr. Vakil com o Banco de Portugal, a que não assisti, mas o que se fez foi preparar a documentação para que pudesse depois ser comunicado ao Banco de Portugal, até porque o Banco de Portugal a partir de uma certa altura começou a questionar sobre o Banco Insular e, portanto, foi esse o procedimento.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, a comunicação feita pela administração do Dr. Vakil ao Banco de Portugal é de 2 de Julho de 2008.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, mas daquilo que eu conheço...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o que tem de comunicar ao Banco de Portugal é do conhecimento de todos, pelo menos desde 2001. Mas preparar o quê? De 2001 até 2007, não tiveram tempo

suficiente para preparar a documentação e entregá-la ao Banco de Portugal?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Segundo aquilo que me recordo, em relação ao Banco Insular, não havia um levantamento do que eram os activos subjacentes a alguns empréstimos que estavam concedidos.

E houve outras conversas do Dr. Vakil com o Banco de Portugal em que a questão do Banco Insular foi abordada, como é evidente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, não havia um levantamento? Vamos lá ver se não havia um levantamento.

Neste documento diz-se: «O Banco Insular recorre para seu financiamento a depósitos de clientes constituídos junto do BPN Cayman e do BPN IFI.

Este modelo de financiamento, recorrendo a depósitos fiduciários tem-se revelado cada vez mais difícil de sustentar, dadas as enormes fragilidades que acarreta e a forte diminuição na base de depósitos no exterior.

Apesar das enormes dificuldades em obter uma correcta avaliação e identificação dos activos que se encontram financiados, os últimos cálculos apontam para um diferencial entre os passivos bancários junto do Banco Insular, avaliação dos activos de cada empresa, no valor de 150 milhões de euros.

Consideram-se factores críticos a correcta e completa avaliação dos activos subjacentes a cada empresa (...).

As restantes evoluções deste sistema levaram o regulador de Cabo Verde (...) —, isto já em relação ao regulador de Cabo Verde.

Bom, mas, antes ainda, eu até já estava a passar à frente da avaliação mais completa, diz-se: «O Banco Insular é uma estrutura bancária sediada em Cabo Verde que foi operacionalizada em 2001 de forma a dar seguimento às estruturas de financiamento do Grupo.

Em 2002, e dada a elevada composição do balanço e ao seu não cumprimento dos rácios perante as entidades de supervisão, foi criada uma estrutura dentro do Banco Insular que não se encontra relevada contabilisticamente conhecida como fora de balanço.

Actualmente, o Banco Insular possuiu crédito concedido num total de 570 milhões de euros, estando 192 milhões de euros relevados no balanço e os restantes 385 milhões de euros contabilizados fora do balanço. Na prática, é como se dois bancos existissem: um é oficial, outro não oficial.».

Sr. Eng.º vai dizer-me que já não tinham de reportar ao Banco de Portugal? Este conteúdo e este montante dos 570 milhões de euros e dos 190 milhões de euros revelados no balanço e os restantes 385 milhões contabilizados fora do balanço são os montantes que constam da carta de 2 de Julho remetida ao Banco de Portugal.

Portanto, vai-me dizer que só em 2 de Julho é que conseguiram encontrar a substância a incluir num ofício a remeter ao Banco de Portugal que já consta de um documento que o senhor já em 2007 conhecia? Quer explicar à Comissão como é que isso é possível?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, como o Sr. Deputado disse há pouco, esse documento teve várias versões.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Bom, então, vamos à outra, que é igual no que toca ao Banco Insular. Quer que eu lhe diga? Quer ouvir?

*Pausa.*

Está aqui.

Esta a que fiz referência é a primeira, suponho que não deixa margens para quaisquer dúvidas, pelo menos a mim não deixa e a qualquer pessoa que avalie isto um bocadinho também não, mas se formos ao documento seguinte, *SLN - O Estado da Nação – Março de 2008*, nele se lê: «Banco Insular, 585 milhões de euros. Depositantes a 100%, provenientes do Grupo BPN. Banco financiador de investimentos do Grupo não relevados no balanço do Grupo com recurso a participações via sociedades *offshore*. Uma parte do balanço está *off balance sheet*. Perspectiva-se a imposição de integração no Grupo.»

Depois, mais à frentes, nas várias soluções apresentadas referem-se: redução do balanço, venda do Banco Insular a terceiros e, até lhe digo mais, Sr. Eng.º, em termos do que se lê num documento, na primeira versão e do que no outro, na segunda versão, o que se diz a propósito do Banco Insular, estamos a falar de 2007, num caso, e estamos a falar de Março de 2008, noutro caso, não mudou coisa nenhuma, sendo que apenas se aditaram alguns factos em relação a outras circunstâncias empresariais do Grupo, subtraíram-se outros em relação a alguns factos empresariais do Grupo, mas em relação ao Banco Insular devo dizer-lhe que está aqui tudo.

O Sr. Eng.º disse-me há pouco e eu peço-lhe que, se assim entender, pondere a sua resposta, até para juízos de verosimilhança, como é que explica que só, em Julho de 2008, o Dr. Abdool Vakil tenha encontrado substância a propósito do Banco Insular para comunicar ao Banco de Portugal quando aquilo que se comunica nessa altura é, nomeadamente em relação aos valores, rigorosamente o que consta já do documento de 2007 que há pouco lhe referi?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Porque, entretanto, até Junho houve por parte de algumas entidades, nomeadamente do Dr. Oliveira e Costa, a possibilidade de uma parte dessas acções serem vendidas e, eventualmente, a questão do Banco Insular ser resolvida por si.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, nessa altura, o Dr. Oliveira e Costa já não estava no Grupo. Já tinha saído! O Dr. Oliveira e Costa é uma presença suficientemente forte — estou a ver! — como administrador e sem o ser, o que é uma coisa extraordinária. Não é crível!

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Tudo bem, porque o Dr. Oliveira e Costa, depois da sua saída, promoveu várias reuniões com os Srs. Accionistas para a possibilidade de os Srs. Accionistas venderem o Grupo a uma entidade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, ainda percebo, muito embora não acredite, que antes de 2008, nomeadamente em 2007, quisessem vender a tese de que isto era uma coisa de um homem só: o Dr. Oliveira e Costa. Mas há um conselho de administração que inicia funções

em 2008, o Dr. Abdool Vakil nada tem a ver com ele, quando assume funções, assume-as enquanto tal, enquanto administrador, tem direitos, tem obrigações, não recebe apenas um vencimento, tem de justificar esse vencimento no exercício de uma função, conforme com a lei, e entre essas obrigações está a da comunicação ao Banco de Portugal e essa comunicação não foi feita.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Foi feita em Junho.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ora, aí está, mas nós estamos-nos a referir à tal administração que é classificada pelo Dr. Vítor Constâncio como uma administração colaborante.

Tenho a certeza absoluta que tem apreciado as entrevistas que sobre isto têm sido referidas em órgãos de comunicação social, e não só, televisões, com o País a ouvir e a tentar perceber, confesso que acho que cada vez menos, mas enfim, e ouvirmos o Governador do Banco de Portugal dizer: «não, não, aquela administração foi a administração colaborante; aquela foi a boa administração que nos deu todos os dados». Afinal, percebemos aqui que essa boa administração tinha dados desde que entrou em funções. O Sr. Eng.º disse-nos aqui que a comunicação foi feita em Junho de 2008, então e até lá?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Em termos da colaboração que houve com o Banco de Portugal, foi para pôr, tudo o que eram respostas ao Banco de Portugal em atraso, em dia e, nesse aspecto, foi feito um trabalho importante por parte da administração do Dr. Abdool Vakil.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, mas essa resposta do Banco Insular estava em atraso, pelo menos, desde Julho de 2007.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Porque o Banco de Portugal começou a questionar. Depois da saída do Dr. Oliveira e Costa começou a pressionar mais sobre a questão do Banco Insular.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Significa, então, que até lá o Banco de Portugal não pressionou sobre o Banco Insular?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não me recordo, depois dessa alusão...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, como é que o Sr. Eng.º explica, por exemplo, que comunique em 2007 ao Banco de Portugal os *offshore* que já são eles próprios envolvidos na realidade Banco Insular e sobre isso, aparentemente, o Banco Insular não diga nada?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Esses veículos penso que estavam relacionados com o BPN Cayman.

E como disse e repito, o Banco de Portugal deu instruções, durante o ano de 2007, para que se comunicasse todos aqueles veículos que não tinham garantias nem uma indicação de quem eram os últimos beneficiários. O Banco de Portugal queria saber quem eram essas entidades e, se não houvesse essa indicação, isso abatia aos capitais próprios.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - Portanto, a justificação do Sr. Eng.º para esta realidade de vários meses de administração do Dr. Abdool Vakil sem comunicação ao Banco de Portugal prende-se com quê, em concreto?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Com a possibilidade que houve de resolver o problema do Banco Insular nesse período.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - Essa possibilidade era a do Dr. Oliveira Costa?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Não só do Oliveira Costa mas também de outras entidades, que falaram directamente com a Administração da SLN, que depois se veio a saber, mais tarde, que era a mesma entidade.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - Se isso tivesse sucedido tal significaria que nunca comunicariam ao Banco de Portugal...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Como é evidente, na transacção isso teria de ser comunicado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - Na transacção.

Sr. Eng.º, o Dr. Meira Fernandes revelou à Comissão, na sua audição,...

A Sr.ª Presidente: - Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - Estou também a terminar, Sr.ª Presidente.

Sr. Eng.º, o Dr. Meira Fernandes revelou à Comissão, na sua audição, que membros da Administração recebiam em dinheiro, à margem dos vencimentos – logo, indevidamente –, montantes elevados. Perguntava-lhe se o Sr. Eng.º é uma dessas pessoas ou não.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - Nunca recebeu em numerário o que quer que fosse?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Não, nunca recebi em numerário, nunca recebi em conta a conta. Não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): - Muito obrigado, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo, do BE, para formular as suas questões, a quem peço, dentro do possível, contenção de tempo, por favor.

O Sr. João Semedo (BE): - Sr.ª Presidente, Sr. Eng.º Francisco Sanches, a primeira pergunta que lhe queria fazer é se nos processos de contra-ordenação instaurados pelo Banco de Portugal ou nos processos de

investigação do Ministério Público, o Sr. Eng.º já foi ouvido ou faz parte de qualquer um desses processos.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Fui ouvido, em Agosto, no Banco de Portugal, ao abrigo de um processo de contra-ordenação. Só fui ouvido nessa altura.

Em relação à Procuradoria-Geral da República, fui ouvido como testemunha.

O Sr. João Semedo (BE): - Sr. Eng.º, gostaria que precisasse uma resposta que deu.

O Sr. Eng.º esteve no Conselho de Administração do Banco de quando a quando?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - De 2003 a 2008.

O Sr. João Semedo (BE): - O Sr. Eng.º, anteriormente, ou durante, esteve duas vezes como chefe de um gabinete de dois membros do Governo?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Antes, em 2002.

O Sr. João Semedo (BE): - Pode recordar-me as datas?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - 1998, 2002.

O Sr. João Semedo (BE): - Posso estar enganado, mas primeiramente foi Chefe de Gabinete do Sr. Dr. Oliveira Costa, segundo creio...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Quando?

O Sr. João Semedo (BE): - Estou a perguntar-lhe.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Não, não fui. Quando ele era membro do Governo?

O Sr. João Semedo (BE): - Sim.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Não, não conhecia o Dr. Oliveira Costa, só em 1998.

O Sr. João Semedo (BE): - Então, só foi Chefe de Gabinete do Dr. Castro Almeida...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Nos últimos 6 meses de 2005, sim.

Posso rapidamente falar sobre isso. Em 1990, trabalhei no gabinete do Ministro Roberto Carneiro. Depois, trabalhei com o Prof. Diamantino Durão; trabalhei também com o Secretário de Estado dos Ensinos Básicos e Secundário, Dr. Joaquim Azevedo, e, depois, com o Dr. Castro Almeida.

O Sr. João Semedo (BE): - Portanto, nunca foi chefe de gabinete nem nunca trabalhou no gabinete do Dr. Oliveira Costa?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Não, não conhecia o Oliveira Costa. Em 1998 foi-me apresentado.

O Sr. João Semedo (BE): - Como sabe, o Dr. Dias Loureiro disse aqui, na Comissão, que tinha contactado o Vice-Governador do Banco de Portugal exprimindo-lhe algumas preocupações sobre a situação do Banco e do Grupo.

A minha pergunta é se alguma vez o Dr. Dias Loureiro lhe comunicou essas preocupações.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Não. Sei dessa reunião, porque foi falada, mas não sei o teor dessa conversa.

O Sr. João Semedo (BE): - Foi falada em que contexto e em que circunstâncias?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Que o Dr. Dias Loureiro ia ao Banco de Portugal.

O Sr. João Semedo (BE): - O Sr. Eng.º está a dizer-nos que o Dr. Dias Loureiro anunciou que ia ao Banco de Portugal?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Numa conversa com o Dr. Oliveira Costa, sim.

O Sr. João Semedo (BE): - Sr. Eng.º, desculpe-me mas é para ver se eu percebo.

O Dr. Dias Loureiro informou o Dr. Oliveira Costa que ia falar com o Vice-Governador do Banco de Portugal, expressando as suas preocupações por irregularidades existentes dentro do Banco?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Não, não.

Estou a dizer que sei que o Dr. Dias Loureiro informou o Dr. Oliveira Costa que ia falar ao Banco de Portugal. Agora, o teor...

O Sr. João Semedo (BE): - Certo. Até admito que o Sr. Eng.º só saiba parte desse diálogo...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Nem estava interessado em saber...

O Sr. João Semedo (BE): - Mas temos que admitir que o Dr. Oliveira Costa estivesse interessado em saber o conteúdo da conversa...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - E admito que tenham conversado depois de o Dr. Dias Loureiro ter vindo do Banco de Portugal.

O Sr. João Semedo (BE): - Sr. Eng.º, o Dr. António Franco fez várias afirmações nesta Comissão. Relativamente a algumas delas gostaria de ouvir a sua opinião e o seu comentário.

Uma afirmação do Dr. António Franco foi a de que: «o Sr. Eng.º Francisco Sanches disse-me várias vezes para não responder ao Banco de Portugal.» Isto é ou não exacto?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Não, nesses termos, não.

O Sr. João Semedo (BE): - Então, em que termos terá sido?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Até porque as respostas ao Banco de Portugal passavam muito pela área operacional e, em última instância, quem preparava essas respostas ao Banco de Portugal era o Dr. Oliveira Costa.

Portanto, nesse sentido, penso que nunca houve essa conversa.

O Sr. João Semedo (BE): - O Dr. António Franco disse-nos também que, em diversas circunstâncias, perante as inspeções ordinárias do Banco de Portugal, algumas contas eram filtradas e que, portanto, era impedido o acesso dos técnicos do Banco de Portugal.

O Sr. Eng.º conhecia o recurso a este estratagema de filtragem das contas bancárias?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Aquilo que sei é que os elementos do Banco de Portugal tinham acesso ao sistema informático, de consulta, em relação às contas.

O Sr. João Semedo (BE): - Desconhecia, então, que, por ordem de alguém ou por iniciativa de alguém, havia algumas contas que eram filtradas? Desconhecia isto?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Desconhecia.

O Sr. João Semedo (BE): - O Sr. Eng.º, há pouco, disse-nos que conhecia que o Dr. Oliveira Costa e o Dr. Mascarenhas eram amigos. Entretanto, na audição do Dr. Mascarenhas, ficámos a saber que ele se queixava por desconhecer ou, melhor, não ter acesso aos registos informáticos, aos registos das contas bancárias do Banco Insular.

O Dr. António Franco disse-nos aqui que este desconhecimento do Dr. António Mascarenhas era uma opção deliberada por parte do Dr. Oliveira Costa, que não queria que o Dr. Mascarenhas conhecesse as operações fora do balanço.

A minha pergunta é esta: está de acordo com esta explicação para o facto de o Presidente do Banco Insular desconhecer e não ter acesso aos registos informáticos do Banco, ou acha que era por qualquer outra razão?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Está correcta essa...

O Sr. João Semedo (BE): - A leitura do Dr. António Franco sobre este facto é correcta?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Sim.

O Sr. João Semedo (BE): - Disse-nos também o Dr. António Franco que a decisão de introduzir, ou incluir, se quiser, no balanço esta ou aquela operação eram decisões tomadas pelo Dr. Oliveira Costa. Isto é não verdade?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Não ouvi...

O Sr. João Semedo (BE): - Eu repito. É ou não verdade isto que foi dito pelo Dr. António Franco: a decisão de incluir ou não determinada operação no balanço, nas contas, do Grupo e do banco era uma decisão tomada pelo Dr. Oliveira Costa?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Correcto.

O Sr. João Semedo (BE): - Disse-nos também o Dr. António Franco que, com frequência, membros do conselho de administração e, sobretudo, o próprio Dr. Oliveira Costa, modificavam auditorias e relatórios de contas. Isto é verdade? Corresponde àquilo que pode avaliar ao longo dos anos, ou não?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - Em relação aos relatórios de auditoria era norma, daquilo que me recordo, depois de a direcção da auditoria fazer os seus relatórios...

Estamos a falar do banco. Como disse nunca fui administrador do banco, mas, daquilo que me recordo, os relatórios de auditoria, feitos pela Direcção de Auditoria e Inspecção, antes de terem versão definitiva, eram normalmente analisados com as entidades orgânicas que estavam a ser inspeccionadas.

Depois, quem tinha o pelouro da auditoria e inspecção era o Dr. Oliveira Costa. Portanto, depois, se havia algum processo de mexer nos relatórios... admito que sim.

O Sr. João Semedo (BE): - Só para precisar o sentido da pergunta.

Esse procedimento até me parece relativamente natural. No relatório de uma auditoria, enfim, presumo que com as unidades orgânicas, como o Sr. Eng.º disse, haja um processo de diálogo e de acerto, mas o Dr. António Franco não se referia a esse tipo de procedimento; a afirmação do Dr. António Franco ia no sentido de que havia uma certa cosmética das contas.

A minha pergunta, tornando-a mais clara, é se confirma ou não que, no Grupo, se praticava, ou se praticou, algumas vezes, alguma cosmética nas contas.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: - É possível, não digo que não.

O Sr. João Semedo (BE): - Sr. Eng.º, queria colocar-lhe outro problema que tem ainda a ver com esta questão da resposta ao Banco de Portugal.

Li com paciência e atenção – se calhar, com mais paciência do que atenção – as actas do Conselho de Administração da Sociedade Lusa de Negócios e há um facto que me parece interessante, que é o seguinte: só na reunião do dia 14 de Fevereiro de 2008 – portanto, ainda na presença do Dr. Oliveira Costa – é que se fala, pela primeira vez, da resposta às perguntas do Banco de Portugal.

Mas o que me espantou – depois passo a ler a acta – é que quem introduz este problema na reunião do Conselho de Administração foi o Dr. Franquelim Alves e eu esperaria, parecer-me-ia mais natural, que fosse o Sr. Eng.º, tendo em conta as responsabilidades que vinha desempenhando na área financeira.

Então, se me permite, vou ler um parágrafo, que é muito breve e que corresponde ao ponto 6, o último ponto da ordem de trabalhos: «Ponto da situação sobre a resposta às cartas do Banco de Portugal».

«Por último, entrou-se na apreciação deste ponto da agenda, tendo pedido a palavra o Dr. Franquelim Alves...» — agora é que é mais intrigante — «... para perguntar aos presentes se já teria sido preparada a resposta a enviar ao Banco de Portugal daquela carta cujo prazo terminava a 15 de Fevereiro». Recordo que esta reunião teve lugar no dia 14 de Fevereiro, portanto, na véspera do prazo ter terminado.

Depois, lê-se: «Após uma breve discussão sobre a matéria em apreciação, o Conselho aprovou, por unanimidade, que as cartas do Banco de Portugal dirigidas ao Conselho de Administração da Sociedade Lusa de Negócios devem ser do conhecimento de todos os membros do Conselho logo que sejam recepcionadas e a resposta a prestar pelo Conselho deverá ser coordenada entre todos os membros do Conselho de Administração.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião».

Queria perguntar-lhe o seguinte: manifestando novamente a minha estranheza de ser o Dr. Franquelim Alves a introduzir este ponto, verifica-se, pela conclusão, que estas questões relacionadas com as perguntas do Banco de Portugal não eram do conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração. Então, de quem eram conhecidas? E, a partir desta conclusão, pergunto: alguma coisa se modificou no tratamento dado pelo conselho de administração, individual ou colectivamente pelos seus membros, a esta sequência de perguntas que estava por responder em relação ao Banco de Portugal?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sr. Deputado, não me recordo dessa carta. Provavelmente, era uma carta dirigida à SLN e não ao banco.

O Sr. João Semedo (BE): — Estou a falar da SLN, do conselho de administração da SLN.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Essa carta do Banco de Portugal a que se tinha de dar resposta, provavelmente, era dirigida à SLN e não ao banco. Mas é verdade o que está aí: as cartas do Banco de Portugal, muitas vezes, não circulavam pelos membros do conselho.

O Sr. João Semedo (BE): — Então, eram do conhecimento de quem?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Eram do conhecimento do Dr. Oliveira e Costa e, em alguns casos, também do meu conhecimento, até porque elas iam para o gabinete, geralmente.

Quando tinha de haver respostas ao Banco de Portugal que passavam por várias áreas — estou a falar, sobretudo, em relação ao banco, porque em relação à SLN isso não se passava —, quando havia necessidade de os outros administradores darem uma resposta, depois essas cartas eram transmitidas aos outros administradores.

O Sr. João Semedo (BE): — Por último, porque a Sr.ª Presidente já está a «fulminar-me» com o seu olhar...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Por acaso, não estava a olhar para si, Sr. Deputado, mas gosto imenso que o meu olhar seja fulminante, porque assim posso resolver algum...

O Sr. João Semedo (BE): — Como o PS «só tem olhos» para o Bloco de Esquerda, agora estou sempre a pensar que os socialistas estão a olhar para mim!

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Os socialistas talvez, as socialistas têm dias!...

*Risos.*

O Sr. João Semedo (BE): — Não façamos política de género!

Para terminar, Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches, fiquei surpreendido — creio, aliás, que todos os Srs. Deputados também terão ficado — com a resposta que deu, há pouco, sobre a questão do Dr. Dias Loureiro.

Eu não imaginava que o Dr. Dias Loureiro tivesse publicitado, naturalmente, no Grupo e no banco, uma reunião com o Banco de Portugal, sobretudo uma reunião com o conteúdo que teve, isto de acordo com o que diz o Dr. Dias Loureiro, porque, como sabe, o Dr. António Marta tem uma versão completamente diferente. Mas, enfim...

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Eu não disse que a publicitou em todo o banco.

O Sr. João Semedo (BE): — Não, não! Eu também não disse em todo, disse no universo que ele frequentava, das relações pessoais, profissionais que teria.

Deixe-me apenas perguntar o seguinte: o Sr. Eng.º soube da reunião pelo Dr. Dias Loureiro, ou soube da reunião pelo Dr. José Oliveira e Costa?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Pelo Dr. Oliveira e Costa.

O Sr. João Semedo (BE): — E o Dr. José Oliveira e Costa soube da reunião pelo Dr. Dias Loureiro, certo? Há várias maneiras de saber dessa reunião sem ser pelos próprios... Em Portugal, essas coisas acontecem, não é? Mas o que o Sr. Eng.º me está a dizer é que o Dr. Dias Loureiro informou o Dr. Oliveira e Costa dessa reunião, não se sabe se antes se depois da sua realização.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Tenho ideia que foi antes, mas não posso precisar.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra, agora, a Sr.ª Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Eng.º Francisco Sanches, também gostaria de fazer-lhe algumas perguntas.

Em primeiro lugar, em relação às operações, o Dr. António Franco disse-nos aqui que recebia de si ordens de não registo de certas garantias. Gostaria que me dissesse que tipo de ordens eram estas.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Se o Dr. António Franco disse isso, só vendo, caso a caso...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Mas não se lembra de nenhum tipo de não garantia que tenha ordenado registar ou, então, não registar?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — É porque esse carregamento de garantias... Está a falar-me de garantias hipotecárias, de garantias bancárias...?

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Qualquer tipo de garantia de um crédito. Normalmente, quando se registam créditos, regista-se a garantia.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Se são, digamos, garantias reais, é importante que elas sejam registadas, até porque isso mitiga o risco da operação. Portanto, só vendo.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Só vendo, caso a caso?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Caso a caso.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Também nos foi aqui referido que quando a auditoria, ou o Banco de Portugal, pedia acesso aos registos

havia um filtro que não permitia agregar por cliente. Sabia deste filtro, ou não?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Como disse há pouco, as pessoas do Banco de Portugal tinham acesso ao sistema. Digamos que era o acesso que também era dado aos auditores, mas não sei qual era o tipo de restrição, nem se havia alguma restrição.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Há-de entender que um registo de milhares de operações, se não tiver maneira de as agregar, tenho muita dificuldade...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Podemos agregar como grupo económico, por exemplo. Do que me recordo, o Banco de Portugal tinha a faculdade de poder analisar os clientes e enquadrá-los dentro do grupo económico. Mas, em termos concretos, não sei quais eram as restrições nem se havia restrições nessa consulta.

Mas, como lhe digo, do que me recordo, a consulta era a mesma que era dada aos auditores.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sim, disseram-nos que era o mesmo tipo de consulta, o que mostra que há outro tipo de consulta, provavelmente mais explícita.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Eventualmente, na área comercial, podiam abrir contas, fechar contas. Mas, não sei quais eram as restrições.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Referiu-nos aqui que o Dr. Vaz de Mascarenhas também ordenava operações. Que tipo de operações?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Operações que ele tratava como presidente do banco.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Mas que tipo de operações? Que veículos?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Operações de crédito, penso eu, que tinham a ver com clientes de Cabo Verde. Mas isso, só perguntando a ele, em concreto.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Referiu há bocado que, a partir de 2006, começou a haver dificuldades de gestão...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Certo.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — ... e que o Banco Insular, a partir daí, começou a ser visto, por alguns, como um constrangimento.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Certo.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Podia explicitar que tipos de dificuldades eram perceptíveis para si?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Tinha a ver, sobretudo, com a falta de capacidade de decisão que havia em termos de estruturar o Grupo para o futuro conjunto.

Não podemos esquecer que o Grupo estava dividido entre uma área financeira, que tinha grandes necessidades de capital (normalmente, a actividade bancária, a actividade financeira requer uma contínua melhoria dos seus *ratios*, até por exigência do Banco de Portugal), e uma área não financeira.

E, a partir de uma certa altura, a minha percepção era que a área não financeira começou a ser um problema para a área financeira, até porque o Banco de Portugal impunha limites aos financiamentos às empresas da área não financeira, o que obrigava as empresas da área não financeira a recorrerem a outras instituições bancárias. Essas instituições bancárias, por sua vez, às vezes, solicitavam garantias por parte da *holding*, o que é normal.

Portanto, o Grupo estava numa fase de estagnação. E, da parte do Dr. Oliveira e Costa ou por parte do Grupo, haveria a necessidade de, mais cedo ou mais tarde, aumentar o capital, o que é normal, até porque penso que o último aumento de capital tinha sido em 2003 ou em 2004, já não me recordo, mas também havia da parte dos accionistas alguma dificuldade em acorrer a esse aumento de capital.

Foi por isso que, a partir de uma certa altura, devido ao descontentamento e à degradação da relação entre o Dr. Oliveira e Costa e os principais accionistas, o Dr. Oliveira e Costa tentou arranjar investidores novos para o Grupo.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — É nesse processo que também inclui a possibilidade de entrada na Bolsa? E por que é que ela não pôde ser feita?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Não pôde ser feita, porque numa reunião com o Banco de Portugal — sinceramente, já não me recordo se foi em 2006 ou em 2007 —, de uma forma não digo directa mas muito próxima disso, entrar na Bolsa a área financeira... Portanto, estamos a falar da BPN SGPS, só da área financeira e não de todo o Grupo.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Havia dificuldades financeiras?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Não, isso acontecia na área não financeira.

Portanto, o que estava em causa era a entrada em Bolsa da BPN SGPS, que era a sub-*holding* que tinha a área financeira por baixo. Mas, o Banco de Portugal, numa reunião, disse que, enquanto não se resolvessem algumas questões de informação que o Banco de Portugal considerava que não estavam esclarecidas, não fazia muito sentido a entrada em Bolsa.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Confirma que houve uma denúncia de branqueamentos de capital em 2003 e que, também em 2003, houve uma reunião com o Banco de Portugal em que se falou de problemas graves, o que levou a que houvesse, depois, uma alteração da posição de certos accionistas?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não me recordo.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Não?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, não me recordo dessa reunião. Nesses termos, não.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Portanto, não esteve presente em nenhuma reunião da administração com o Banco de Portugal em 2003?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Lembro-me de ter estado numa reunião com o Banco de Portugal em 2006 ou em 2007. Não me recordo de ter estado antes, sinceramente.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Gostaria, por último, de fazer-lhe uma pergunta em relação aos pagamentos em numerário.

Sabemos que havia muitos pagamentos em numerário e gostaria que caracterizasse as pessoas a quem eram destinados esses pagamentos. Eram funcionários do Grupo, accionistas, membros do conselho de administração...?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Esse era um assunto que tinha a ver, sobretudo, com administradores e com alguns colaboradores, e com aquilo que tinha ficado combinado com o Dr. Oliveira Costa aquando da entrada desses administradores — digamos que era uma negociação caso a caso.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Dada esta necessidade de aumento de capital, a dificuldade de financiar o Grupo SLN, e o «buraco» que vinha acumulando no BPN, como explica que o Dr. Oliveira Costa não tenha aceite a proposta de compra de praticamente metade do banco com capitais angolanos?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — É uma boa pergunta... Aí, a questão terá de ser vista de dois lados. O que vou dizer agora não tem nada de pejorativo, mas penso que houve uma dificuldade do Dr. Oliveira e Costa – e penso que isso até está expresso nas actas do Conselho Superior, pelo que, se tiverem acesso a essas actas, poderão vê-lo – em explicar, de uma forma aberta, essa possibilidade aos accionistas.

Portanto, provavelmente, isso terá ficado sem se realizar por falta de entendimento entre o Dr. Oliveira Costa e os accionistas.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Então, está a dizer-me que os accionistas é que não aceitaram esta solução.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Estou a dizer é que, provavelmente, não houve acordo em relação às condições dessa operação. Mas, insisto, penso que isso está bem expresso nas actas do Conselho Superior.

Esse é um assunto que foi sempre conduzido pelo Dr. Oliveira Costa, pessoalmente. Se o Dr. Oliveira Costa tivesse pedido aos accionistas para estarem presentes nas negociações, provavelmente a situação poderia ter sido outra. Não sei, estou a especular...

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Poderia dizer-me — e se não souber de cor, depois poderá mandar, é capaz de ser mais simples — qual era a composição do Conselho Superior antes das dificuldades, portanto, em 2005, e depois, em 2007.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Penso que não terá havido grandes alterações, mas posso enviar. Porém, no relatório e contas do banco e no último relatório da SLN está lá a composição do Conselho.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Queria saber, em 2005.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Também está.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Está sempre?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Está sempre. Ou no relatório e contas do banco, porque o Conselho Superior, dantes, era só do banco e depois é que passou para a SLN, ou no relatório da SLN, essa composição está lá, logo no início.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Essas dificuldades de financiamento do próprio banco, portanto, de capital do próprio banco, poderão explicar a tentativa, que esteve em curso, de criação de um terceiro balcão em São Tomé, ou para o Banco Insular, ou utilizando outro nome?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Não, penso que não. Penso que isso não tinha a ver com essa situação.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Então, qual era o objectivo, que, aliás, não se veio a concretizar?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Essa foi uma situação que foi colocada, segundo me recordo, pelo Dr. Vaz Mascarenhas. Mas isso não veio a concretizar-se.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Portanto, foi uma proposta do Dr. Vaz Mascarenhas, que, provavelmente, sabia desses problemas do banco e que...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, admito que sim.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Gostaria, finalmente, de lhe perguntar o seguinte: quando há a compra da Fincor e, na realidade, apesar de ela não ter sido declarada, acaba por haver uma certa compra do Banco Insular, apesar de o Dr. Vaz Mascarenhas assumir...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — A titularidade.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — ... a posição accionista, numa primeira fase, de 100% do capital... Mas se ele vem a assinar uma venda, aceitando até que a outra parte não assine, obviamente que ele terá sido compensado por isso. Sabe quanto é que ele recebeu por essa venda?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não faço ideia.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches, começo por agradecer a sua presença nesta Comissão.

Muitas questões já foram colocadas. Gostava, no entanto, de lhe colocar três questões prévias, antes de precisar algumas outras.

A primeira tem a ver com o seguinte: há 10 anos que o Sr. Eng.<sup>o</sup> está ligado ao Grupo. Recorde-me os pelouros que teve ao longo destes 10 anos.

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Formalmente, tirando os últimos dois meses da administração do Dr. Vakil, em que coordenava com ele a área financeira, nunca tive qualquer pelouro atribuído.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Então, esteve sempre ligado à área financeira, durante estes 10 anos?

O Sr. Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches: — Não, o que estou a dizer é que só nos últimos dois meses do mandato em que o Dr. Vakil era Presidente do Conselho de Administração da SLN é que, em conjunto com o Dr. Vakil, eu fazia alguma coordenação da área financeira, ficando ele com o banco e eu com outras empresas financeiras.

Todo o período anterior, nunca tive qualquer pelouro atribuído.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Uma questão que também não ficou muito clara para mim e sobre a qual gostava que se pronunciasse foi a transição da administração em 2008.

Do que se conhece, o Sr. Eng.º chegou a ser proposto para CEO do banco. O que se passou para não chegar a ser designado como CEO?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Essa questão, oficialmente (oficialmente e sem ser oficialmente), nunca me foi colocada. O que ficou combinado, e, mais uma vez, remeto para as actas do Conselho Superior, onde isso está bem explicado, numa certa altura, com os accionistas e com o Sr. Dr. Oliveira Costa é que haveria uma divisão, em termos de funcionamento do Grupo, entre a área financeira, que incluía o banco e as outras empresas financeiras e seguradoras, e a área não financeira, sendo que o Dr. Oliveira Costa ficaria numa posição de *Chairman*, o Dr. Franquelim Alves ficaria como coordenador da área não financeira e eu assumiria a coordenação da área financeira, mantendo-se o Dr. Oliveira Costa como presidente do banco.

Portanto, essa questão do banco — até porque não é área que eu domine — nunca se colocou. Colocou-se foi nesta perspectiva e numa solução de compromisso e transitória, que foi aquilo que foi combinado entre os accionistas e o presidente do Grupo, ou seja, que haveria esta divisão, ficando o Dr. Oliveira Costa como *Chairman* e passando a ter funções menos executivas. Mas, como disse há pouco, isso acabou por nunca se concretizar na prática.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Também na administração do Dr. Vakil, a dada altura, há uma acta do Conselho de Administração da SLN em que se mostrava estar planeado propor a uma assembleia-geral que a solução que era transitória passasse a definitiva.

O que se passou para que isso não acontecesse?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — E era uma solução de...?

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Aquilo que era uma solução transitória do Dr. Vakil pudesse vir a ser uma solução mais definitiva. O que se passou para que isso não se concretizasse?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Peço desculpa, mas isso é de perguntar aos accionistas.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Passo, agora, a um outro conjunto de questões, designadamente às relações que o Sr. Eng.º manteve com o Banco de Portugal. Há pouco, ouvi que, em alguns momentos, teve contactos directos com o Banco de Portugal.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Houve uma reunião em que estive todo o Conselho, no tempo do Dr. Oliveira Costa; depois, tivemos uma reunião com a Administração do Banco de Portugal, no tempo do Dr. Vakil; e, ao longo dos anos, esporadicamente, tive alguns contactos com um responsável do Banco de Portugal que tinha a supervisão.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Mas ia tendo conhecimento das questões que o Banco de Portugal ia colocando à instituição?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim. E, pessoalmente, pelas cartas que eram remetidas.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Qual era a natureza dessas questões? E a partir de quando é que começou a ter conhecimento dessas questões?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Mais a partir da altura em que passei a ser administrador da SLN, em 2003, 2004.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — E ia acompanhando de perto essas respostas?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Às vezes, acompanhava.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Havia algum procedimento de resposta por parte...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Geralmente, as respostas eram preparadas pelo serviço que fazia o trabalho de consolidação e de reporte ao Banco de Portugal.

É que os bancos são obrigados a fazer um reporte mensal ao Banco de Portugal e, portanto, havia um serviço que, geralmente, preparava essas respostas, as quais, depois, eram validadas.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Mas sobretudo com a administração do Dr. Vakil chega-se à conclusão — e isso é público — de que havia umas largas dezenas de respostas que não tinham sido dadas ao Banco de Portugal. Tem a noção da antiguidade dessas respostas? Por outro lado, que tipo de insistência é que o Banco de Portugal fazia para que essas respostas fossem dadas?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — São perguntas, sobretudo, do ano de 2007.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — É que haveria aqui questões de 2004.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Mas essas eram as tais questões mais de fundo, que até tinham um pouco a ver com a própria organização do Grupo, com o modo como o Grupo estava organizado, porque o Banco de Portugal nunca aceitou muito bem a forma como o Grupo estava organizado e por isso é que também pôs a SLN a ser supervisionada pelo Banco de Portugal. E o Banco de Portugal fazia as suas insistências com alguma regularidade.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Ao longo desta audição, também já ouvimos respostas do Sr. Eng.º em relação à questão do Banco Insular. Assim sendo, o Sr. Eng.º sabe a partir de que data é que o Banco de Portugal teve conhecimento da existência do Banco Insular?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Penso que a partir de 2005, 2006. Mas conhecia o Banco Insular antes, quando foi da Fincor.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Portanto, o Banco de Portugal, na sua perspectiva, já tinha conhecimento do Banco Insular desde...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — 2006.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Portanto, foi essa a resposta...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Apesar de já se conhecer a existência do Banco Insular desde a questão da Fincor.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — De qualquer maneira, a primeira pergunta concreta sobre o Banco Insular é feita em Julho de 2007?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Penso que sim.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — E tem a noção se essa questão foi respondida e de que forma foi respondida?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Que eu saiba, não foi respondida.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — E o Banco de Portugal alguma vez solicitou o relatório e contas do Banco Insular, conforme afirmou aqui o Dr. António Franco?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sinceramente, não me recordo disso.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Uma outra questão que, para mim, ainda não ficou clara tem a ver com o seguinte: o Sr. Eng.º, em 2 de Junho de 2008, juntamente com o Dr. Abdool Vakil, informa o Banco de Portugal de que, efectivamente, o Banco Insular pertence ao BPN SLN e que tem perdas avultadas.

Esteve presente na reunião em que essa informação foi dada?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, isso foi uma carta que foi validada por todos os membros do Conselho de Administração da SLN.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — E recorda-se qual foi a reacção do Banco de Portugal a esta informação?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sei que, a partir dessa carta, houve várias reuniões lá no banco sobre essa questão.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Recorda-se o que é que o Banco de Portugal determinou de actuações concretas depois disso?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Acho que as questões colocadas pelo Banco de Portugal foram, sobretudo, em termos de ter um conhecimento mais pormenorizado da situação.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Passando, agora, às questões no âmbito do Banco Insular, o Sr. Eng.º já afirmou várias vezes durante esta audição que a sua postura foi sempre a de acabar com a situação do Banco Insular.

Porém, até agora, não nos expressou atitudes concretas que pudessem de alguma maneira levar a obviar às situações que encontrava no Banco Insular. Então, que atitudes é que tomou?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Primeiro, foi, sobretudo, ter várias conversas com o Dr. Oliveira Costa sobre isso, em que não estive sozinho, mas em que estiveram também presentes, por exemplo, o António Franco e o António Duarte, e, numa fase posterior, numa fase já final, também com alguns dos accionistas.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Nas audições que decorreram antes desta, o Dr. António José Duarte disse que o acesso ao Banco Insular era feito através da mesma plataforma informática do BPN. Confirma que assim é?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Do que me recordo, a plataforma informática do Banco Insular estava em Cabo Verde. Havia acesso, digamos, a essa plataforma mas penso que não era a mesma plataforma do BPN.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Mas confirma que havia o tal AS-400, tantas vezes já falado aqui, e que os lançamentos do BPN e do Banco Insular eram feitos na mesma plataforma, no mesmo AS-400?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — O BPN tinha a sua plataforma informática em Portugal, digamos que era um AS-400 de maior potência. BPN Cayman e o BPN IFI também tinham uma plataforma informática, mas, como digo, isso estava em Cabo Verde e penso que a do Banco Insular também.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Todos esses movimentos encontravam-se registados no AS-400?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Mas eram máquinas diferentes. A máquina que estava em Portugal não tinha nada a ver com a máquina que tinha os levantamentos do BPN Cayman e do BPN IFI.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Mas onde quero chegar é à seguinte questão: o Sr. Dr. afirmou há pouco que o Banco de Portugal tinha acesso ao sistema informático nas diferentes acções inspectivas que efectuasse.

Portanto, da mesma forma que tinha acesso ao sistema informático no que se refere às informações do BPN, também tinha acesso, através do sistema informático, às informações do Banco Insular.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Penso que isso não era possível, sinceramente...

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Acha que não era possível? Era o mesmo sistema, a mesma plataforma mas...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Mas eram máquinas diferentes, portanto, penso que isso não era possível, mas não sou técnico.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Não coincide com outras informações que aqui tivemos.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Pois. Mas, aí, não posso ajudar muito.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Uma outra questão: quem é que teve a iniciativa de propor a criação de um segundo balcão do Banco Insular não consolidado?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Oliveira Costa.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — E quais eram os objectivos subjacentes à existência do Banco Insular e desse segundo balcão?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Tinha a ver, sobretudo, com a questão de, para o Banco Central de Cabo Verde, não surgir um balanço demasiado elevado.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Uma última questão sobre esta matéria.

Sendo administrador da SLN desde o final de 2002 e dando ordens para a concretização de lançamentos no Banco Insular, por que razão

apenas nas cartas de 15 de Maio de 2008 e de 02 de Junho de 2008 informa o Banco de Portugal, e de uma forma tão escassa?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Como digo, essas questões das instruções gostaria que fossem analisadas caso a caso.

Como disse, a minha postura foi sempre a de tentar resolver o problema, não sobrecarregar o Banco Insular com novas operações e, pelo contrário, retirar de lá operações. Foi sempre essa a minha postura.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Mas, como administrador, com responsabilidades, com conhecimento, não sentiu necessidade...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não era eu que, digamos, trabalhava directamente com a área operacional e que tinha orientações do Banco Insular.

O Sr. Almeida Henriques (PSD): — Muito bem.

Para já, não tenho mais questões. Muito obrigado.

A Sr.ª Presidente: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr. Eng.º, muito boa noite.

No início desta audição, o Sr. Eng.º disse que fez parte da administração da SLN, sem pelouros, desde 2003 até 2008. Suponho que está correcto?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — No entanto, durante a audição, enunciou várias vezes ser responsável pela área financeira — coordenava a área financeira, a propósito disto, a propósito daquilo... E eu gostava de perceber, exactamente, quais eram as suas áreas, admito que não houvesse uma distribuição formal, mas quais eram as áreas pelas quais os senhor respondia.

E passo a uma outra questão ligada com esta. Vou dar-lhe três nomes: Oliveira Costa, Francisco Sanches, Luís Caprichoso. São três administradores da SLN desde quando até quando, os três em simultâneo?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — O que eu disse há pouco foi que, formalmente, só quando o Dr. Vakil assumiu a liderança do Grupo é que, juntamente com ele, eu fiz alguma coordenação da área financeira, foi só nesse período. Portanto, estamos a falar do início de 2008.

Em relação a esse nomes que enunciou, o Dr. Luís Caprichoso foi administrador da SLN, penso que desde 2000 até 2008...

O Sr. Honório Novo (PCP): — E o senhor de 2003 a 2008...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Até 2007.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Dr. Luís Caprichoso saiu em 2007. É verdade?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, meados de 2007.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Naturalmente, deve ter comunicado à administração, numa reunião, as intenções da sua demissão, as suas razões, e devem ter encontrado uma forma, enfim — como hei-de encontrar uma expressão? —, de indemnizar ou de «cobrir» a sua saída, para utilizar uma expressão menos bondosa.

Gostava que me falasse sobre isso e gostava que deixasse perfeitamente confirmado que o Dr. Oliveira Costa, o Eng.º Francisco Sanches, o Dr. Luís Caprichoso foram os três, sempre, administradores da SLN, entre 2003 e 2007, até ao momento em que o Dr. Luís Caprichoso saiu.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Isso é um facto.

Em relação à saída do Dr. Luís Caprichoso, é um assunto que foi tratado directamente entre ele próprio e o Sr. Dr. Oliveira Costa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não houve uma carta de renúncia, Sr. Eng.º?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Admito que tenha havido uma careta de renúncia, mas essa carta foi para o Presidente do Grupo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E não é arquivada, não é comunicada ao Conselho de Administração?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Que me recorde, não. Que me recorde, existe o original dessa carta na direcção de recursos humanos que é para onde foi enviada pelo Dr. Oliveira Costa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Estranho, Sr. Eng.º. Reconhece que é estranho ou não reconhece?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, até porque eu não tinha nenhuma relação privilegiada com o Dr. Luís Caprichoso. Portanto,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não é com o Dr. Luís Caprichoso, é enquanto membro da administração, um órgão que, naturalmente, deve...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Mas, como digo, esse é um assunto que foi tratado pessoalmente entre os dois.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Eng.º, voltemos à questão dos pelouros.

Quais eram os pelouros que o senhor tinha? Quais eram as áreas por que respondia?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não tinha nenhum pelouro atribuído.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, por que áreas é que respondia, durante cinco anos, à excepção da parte financeira?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Dava apoio, digamos, em termos de poder contribuir para alguma coordenação e sinergias entre a área financeira e a área não financeira, o que era uma área do Grupo que devia ser explorada de uma melhor forma; tinha alguma ligação na relação com os Srs. Accionistas; e fazia a gestão do dia-a-dia — os problemas e as faltas de comunicação existentes numa organização.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Fazia a gestão do dia-a-dia mas não se apercebeu da entrada nem leu uma carta de demissão do Dr. Luís Caprichoso.

No início desta reunião, o Sr. Eng.º disse que, neste momento, está ligado a uma empresa do Grupo. Podemos saber qual é a empresa e qual é a sua participação social? E podemos saber se, através desta empresa, tem outras participações, individualmente claro, noutras empresas do Grupo SLN, por exemplo, no universo OPI 92?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Vou repetir o que disse.

Sou colaborador do banco e estou na administração da empresa chamada Easy Quick, uma empresa que tem a ver com o sistema de *acquiring* de cartões e na qual sou administrador não executivo. É a única relação que tenho com a SLN e penso que o mandato até vai acabar agora ou terminou no final do ano. Mas é uma empresa que é detida a 100% pela SLN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E não tem mais nenhuma participação individual em nenhuma empresa do universo SLN?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não. Não tenho nem nunca tive.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nem no universo OPI 92?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não.

A única empresa de que sou accionista juntamente com os outros colaboradores é a Nextpart.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Há pouco, respondendo ao Deputado Nuno Melo, o Sr. Eng.º disse que tinha escrito uma carta ao Banco de Portugal enunciando uma série de empresas *offshore*, e todos, quer eu próprio quer o Sr. Eng.º, situamos a carta em 2007 mas ficamos sem saber exactamente em que altura de 2007. Antes ou depois de Julho?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Provavelmente, terá sido depois de Julho...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Depois de Julho...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Mas não tenho a certeza.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Eng.º admite que tenha sido preferencialmente no 2.º semestre.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Acredito que sim, mas não tenho a certeza.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não tem a certeza. Pode ter sido no 1.º semestre?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Se não foi no 2.º, foi no 1.º. sinceramente, não tenho ideia de quando é que data a carta.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, foi entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2007, ponto final. Essa é a única certeza que tem?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

Sr. Eng.º, em Fevereiro de 2006, houve uma reunião, convocada de uma forma muito cuidada pelo então Vice-Governador do Banco de Portugal, Dr. António Marta, na qual ele insistiu para que estivessem presentes todos os órgãos sociais da SLN, do BPN e até revisores e auditores.

O Sr. Eng.º tem ideia de quem esteve ou não esteve, isto é, se houve um esforço para comparecerem de facto nessa reunião todos os membros dos órgãos sociais? Acha que esta foi uma reunião normal? Já tinha havido alguma? Houve alguma depois?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, não é normal...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Eng.º, se faz favor, deixe-me fazer um conjunto de perguntas e, depois, responderá,

Que tipo de conteúdo, que conclusões, que recomendações e, numa fase posterior, que seguimento é que houve do que foi o conteúdo dessa reunião?

Para já, é este o conjunto de perguntas que lhe deixo.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Em relação às pessoas presentes na reunião, penso que estiveram todas as que tinham sido convocadas para a mesma.

Portanto, estive presente todo o conselho de administração, penso eu,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Dos dois?...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — ... do Banco e da SLN e penso que também estiveram presentes os revisores e os auditores. Foi uma reunião, sobretudo, para o Banco de Portugal expressar a sua censura, digamos, a respeito de algumas questões relacionadas com a falta de informação, com o que o Banco de Portugal considerava que não estava devidamente esclarecido. Em termos gerais, a reunião foi sobre isso. Já não me recordo se foi dada a indicação de que, daí a x dias, estaria lá uma inspeção — sinceramente, já não me recordo se foi isso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Eng.º, naturalmente — penso eu — se foi uma reunião que não era normal e que o senhor caracteriza dessa maneira, terá havido uma série de recomendações para modificar determinado tipo de procedimentos. Essa modificação de procedimentos ocorreu ou não?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Do que me recordo, poderá ter acontecido em algumas áreas, até também como consequência da própria inspecção do Banco de Portugal.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas ocorreu ou não?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Ocorreu. Em algumas áreas terá ocorrido mas, sinceramente, não me recordo concretamente...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nem se recorda quais eram os problemas em concreto?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não. Não me recordo.  
Sei que, na altura,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não se falou de *offshore* nessa reunião?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Admito que sim, que se tenha falado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não se falou do Banco Insular?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Isso, penso que não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — As preocupações que o senhor tem expressado recorrentemente, durante esta audição, no sentido de que, desde que conheceu o Banco Insular, tem insistido junto dos accionistas e dos clientes para modificarem o seu comportamento — isto, desde 2002 até 2006 — não o levaram a ter nenhuma iniciativa, nesta reunião, que procurasse modificar a situação?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não. Foi sempre uma iniciativa interna.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Foi sempre uma iniciativa interna. Externa, nunca foi?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem. Já voltaremos a este tema. O senhor faz ou fez parte do conselho de administração da Plêiade?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não me recordo se fiz, mas...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Há pouco tinha dito que... Não tem nenhuma participação social na Plêiade?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, não tenho. Essas são todas empresas da SLN...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Do conselho de administração da Plêiade fez parte?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — É possível. Não me recordo, mas posso ter sido...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não se recorda em que período?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Confesso-lhe que se tivesse feito parte de algum conselho de administração de uma empresa, lembrar-me-ia. Mas admito que haja pessoas que não se recordem...

Mas, por coincidência, acabamos de ouvir o Dr. Lencastre Bernardo e recordo-me — e suponho que todos os presentes se recordarão — que, quando enunciou o conselho de administração da Plêiade, citou peremptoriamente, além dele próprio, o nome do Engenheiro e, pelo menos, o do Dr. Dias Loureiro. Então, eu gostaria de fazer-lhe algumas perguntas sobre as acções da empresa, onde o senhor era membro do conselho de administração.

Essa empresa detinha uma outra chamada Redal, com interesses em Marrocos, que foi vendida num processo complexo, com intermediações do Sr. El-Assir e outros, eventualmente, e que deve ter sido objecto de uma decisão do conselho de administração. Ou não?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não me recordo de esse assunto ter sido falado, inclusivamente... É assim, sinceramente, o Dr. Lencastre Bernardo está mais bem informado do que eu sobre isso, e, portanto,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Porquê?!

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Se ele diz que fui membro do conselho de administração...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Disse-o há duas horas...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, sim. Eu também não disse que não era.

Agora, sinceramente, não me lembro de ter havido alguma reunião ou de ter estado presente em alguma reunião do conselho de administração da Plêiade.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Era membro do conselho de administração, mas não participava nas reuniões do conselho de administração...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sinceramente, penso que esse assunto da Redal nunca terá passado pela Plêiade.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas sabe que os órgãos são colegiais e responsáveis?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sei.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, sabe que qualquer membro de um conselho de administração, seja da SLN ou da Plêiade, é responsável, colectiva e individualmente, pelos actos que pratica, pelas decisões, mesmo que não haja actas. Se alguém as praticou em nome dessa instituição colectiva, a responsabilidade é colectiva, não é apenas de uma pessoa.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu sabia que o Sr. Eng.º tinha esta consciência, porque é quase, digamos, de bê-á-bá destas questões.

Relativamente ao documento *Estado da Nação*, que já aqui foi várias vezes referenciado, eu gostava de tirar algumas ilações.

Prometo não ler nada do *Estado da Nação*, nem da revisão preliminar, da primeira, da segunda ou da terceira versão, porque o Dr. Nuno Teixeira de Melo encarrega-se de fazer essa leitura por mim, agora gostava de perceber quem é que participou, quem foram as pessoas que elaboraram o documento inicial e que acompanharam a sua evolução até à sua tradução final, o tal documento de Março. Quem foram? Foi o Dr. António Duarte, nós sabemos, ele disse-o aqui; foi o Dr. António Franco, ele também o disse aqui; foi o Eng.º Francisco Sanches...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Lembro-me de ter visto o documento na fase final...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas qual documento? O documento inicial?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — O inicial.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Leu-o, viu-o e que pessoas mais é que participaram na sua elaboração? Os accionistas intervieram também na sua elaboração?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Na sua elaboração, penso que não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Discutiram-no?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Provavelmente, terão discutido numa fase já final...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Estamos a referir-nos sempre ao documento inicial, ao documento de estratégia inicial, antes de ter aquela capinha amarela.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não faço ideia... Não sei. Admito que alguns dos accionistas tenham tido conhecimento do documento.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas não tem qualquer memória sobre quem.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Eng.º, vou ler-lhe uma passagem, é a única, prometo. Aliás, já aqui foram lidas muitas passagens, não vou repetir leituras de situações graves, há as graves, as menos graves, enfim, mas há aqui uma, particularmente, elucidativa sobre a responsabilidade cívica de todas as pessoas que tomaram conhecimento deste documento, sejam elas administradores, funcionários, quadros, accionistas. De facto, todos os que leram este documento têm uma responsabilidade perante o Banco de Portugal e não só.

«Banco Insular fora de balanço, é procedimento irregular é muito grave e foi utilizado devido à impossibilidade de os capitais do Banco Insular suportarem qualquer acréscimo de activos». Depois, acrescenta «A detecção desta prática coloca riscos criminais nas pessoas envolvidas». Repito: «A detecção desta prática coloca riscos criminais nas pessoas envolvidas».

Pergunto: quem são as pessoas envolvidas? Naturalmente que quem fez isto conhece-as, sabe quem são. Mas quem tinha conhecimento do Banco Insular n.º 2 e quem operava com esse Banco Insular n.º 2?...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Em relação a essa questão, não. Já há pouco expliquei que essa questão da parte que não estava dentro do balanço foi uma decisão que foi tomada pelo Dr. Oliveira Costa, exactamente para evitar que o balanço do Banco Insular fosse...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Eng.º, permita-se interrompê-lo. Ouvi essa explicação, mas já ouvimos várias pessoas dizerem, e o senhor reconheceu-o em algumas, que havia operações que envolviam

transferências entre o BPN e o Banco Insular n.º 2, fora do balanço. E o senhor era uma das pessoas que ordenava essas transferências,...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — ... essas operações, tal como era o Dr. Oliveira Costa, tal como o fazia o Dr. António Franco (e reconheceu-o aqui), tal como o fazia o subdirector das operações (agora não me recordo do seu nome) e tal como, naturalmente, os funcionários o faziam, o Dr. António Duarte fazia. E tal como o podiam fazer outras pessoas, mas estas faziam e fizeram-no. Fizeram-no e foi dito aqui centenas de vezes, sem qualquer dúvida.

Portanto, eu acho que, se queremos encontrar responsáveis, temos responsáveis, inclusivamente, em finais de 2007 e são responsáveis políticos, Sr.ª Presidente, porque o resto não é connosco. São responsáveis e são responsabilizados do ponto de vista político de uma forma colegial. E eles estão aqui e até, implicitamente, reconheceram que a existência deste banco fora do balanço, fosse qual fosse a sua justificação, tinha implicações criminais.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado Honório Novo, peço-lhe que não insista, porque essa matéria não é nossa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, estou a tentar responsabilizar colectivamente, por decisões, omissões e omissões de comunicação, um conjunto de pessoas que começa a ficar bem

determinado. Ainda não está, na minha opinião, totalmente determinado, mas começa a ficar bem determinado.

Sr. Eng.º, eu gostava de colocar-lhe mais algumas perguntas.

Já aqui foi abordada a questão da indicação das operações entre o BPN, o Banco Insular, o Banco Insular n.º 2, o BPN Cayman, etc. O senhor, há pouco, em resposta ao Deputado Almeida Henriques, disse que o Banco de Portugal não tinha acesso à base informática do Banco Insular, nem do BPN Cayman. Suponho que foi isto que respondeu ao Deputado Almeida Henriques.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Em relação ao BPN Cayman, penso que tinham acesso. Agora, relativamente ao Banco Insular, penso que não, mas, sinceramente, não...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Estamos a falar no acesso à base informática. Só que a minha pergunta vai ser outra, Sr. Eng.º: o Banco de Portugal tinha ou não acesso ao registo das operações de transferência entre o BPN, o Banco Insular n.º 1 e o Banco Insular n.º 2, porque é disto que se trata?

Estou pouco interessado em saber se o Banco de Portugal tem acesso ou não à base informática do Banco Insular de Cabo Verde, aquele que tem uma fachada legal, porque a esse, porventura, até nem tem. Agora, tem acesso aos registos que restavam no BPN das operações de transferências entre o BPN e o Banco Insular, o legal, e o Banco Insular, fora do balanço? Estes registos eram ou não acedíveis? Estavam ou não acedíveis? Eram ou não passíveis de serem consultados pelo Banco de Portugal?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não sei se eram.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não sabe se eram ou não?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não sei se eram acedíveis.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Eng.º, há uma empresa chamada Planfin que teve um papel central — já determinamos isto aqui, nas nossas audições precedentes — na concepção, na elaboração e, eventualmente, na colocação em marcha, chamemos-lhe assim, numa expressão muito benévola, das diferentes *offshore* ou de boa parte, de uma parte significativa, das *offshore* de que o BPN e a SLN se serviram para finalidades que todos aqui conhecemos, e dispenso-me de as recordar.

No seu papel, que há pouco referiu, de articulação entre a área financeira e a área não financeira, com responsabilidade enquanto membro da administração da SLN, gostaria de saber como é que a administração de cúpula do Grupo lidava com esta Planfin. Como é que determinava quando era, ou não, necessário operar, criar e desenvolver uma *offshore*, porque, naturalmente, a Planfin estava ao serviço do Grupo? Como é que se fazia esta articulação?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — A Planfin era uma empresa de planeamento financeiro que tinha uma participação da SLN, penso que de 20% ou 25%, e era detida pelo Dr. Luís Caprichoso e de mais duas ou três entidades. Era uma empresa que dava apoio à área comercial do Banco e

para a feitura de veículos e de soluções de planeamento financeiro. E, digamos, era orientada pelo Dr. Luís Caprichoso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, a ligação ou a coordenação não era feita através do Sr. Eng.º mas, sim, através do outro administrador, o Sr. Dr. Luís Caprichoso.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — No documento *Estado da Nação* faz-se referência a alguns grandes devedores. Tem conhecimento dessa lista de grandes devedores que estariam em débito para o BPN e SLN em cerca de 70 milhões de euros?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, não me recordo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E se eu lhe disser os nomes recorda-se de ter lido nesse documento esses nomes?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — É possível...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, vou ler: o Sr. El-Assir, a Devecó, a Olivimo e o Grupo Miró. Já se recorda, Sr. Eng.º?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Mas, que eu saiba, a Devecó era uma empresa imobiliária que tinha créditos no banco, tinha um financiamento no banco, perfeitamente definidos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Com garantias, Sr. Eng.º?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Penso que tinha garantias hipotecárias, mas não tenho a certeza.

Quanto ao Grupo Miró, tinha a ver com quadros do pintor Miró. Penso que era um crédito que estava atribuído no BPN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Atribuído em nome de...?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — No BPN!

O Sr. Honório Novo (PCP): — E quanto ao grande devedor El-Assir? Tinha conhecimento disso?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Quanto a El-Assir, como eu disse no início, eram três empresas que tinham garantias hipotecárias no BPN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Rapidamente, gostava de ouvir a sua opinião sobre um conjunto de entidades, de códigos (não sei o que hei-de chamar-lhe, o Sr. Eng.º caracterizará): A1, A2, A3, A4 e B1.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Desses só me lembro do A1.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Poder ajudar-nos em perceber o que era o A1?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — A1 tem a ver com um ex-administrador do banco e da SLN, com posições cimeiras no Grupo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ao nível da administração?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, subentende-se que é o Dr. Oliveira e Costa.

E a Adler, Sr. Eng.º?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Penso que é uma daquelas empresas que há bocadinho foi referida como pertencente ao grupo do El-Assir.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, identifica a Adler com o Sr. El-Assir. Confirma, portanto, essa ligação.

Uma outra questão refere-se aos honorários. Suponho que esta questão já foi abordada, creio que já a ouvi, mas eu queria precisar melhor como era feito, quem beneficiava e com quem estava contratualizado o pagamento de honorários na administração através de entregas em numerários ou de transferências bancárias, eventualmente, procedentes do Banco Insular.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Como eu já disse há pouco, essa era uma questão tratada pessoalmente entre o Dr. Oliveira e Costa e os administradores do grupo. Na altura, quando entravam no grupo isso

eram condições acordadas entre o Dr. Oliveira e Costa e cada um dos administradores.

Em relação a isso a única coisa que posso dizer é que nunca recebi qualquer...

O Sr. Honório Novo (PCP): — E não tem conhecimento de nenhum? Nunca ouviu falar disso, nem à mesa do café?... O Sr. Deputado João Semedo, há bocado, dizia que é assim que se sabem as coisas em Portugal.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Tenho conhecimento dessa situação mas, como lhe disse, esse era um assunto tratado pessoalmente entre o Dr. Oliveira e Costa e cada um dos seus administradores.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Mas confirma a existência de pagamentos de honorários em numerário?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Tem conhecimento, não sabe é a quem.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Exactamente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Vou voltar a algumas das questões que referiu, para terminar um conjunto de perguntas que me foram suscitadas por algumas afirmações que fez.

E vou voltar ao tema que recorrentemente tem sublinhado, ao facto de dizer que conhecia a situação do Banco Insular desde 2002 ou 2003 e que a sua postura foi sempre a de dizer que a situação não podia continuar, falando com pessoas.

Já referiu aqui que teve conversas pessoais com alguns dos envolvidos mas, como sabe, estas questões, em órgãos colectivos, tratam-se no sítio próprio, isto é, no conselho de administração, porque enunciar posturas sem que elas sejam traduzidas formalmente em actos previstos é, como sabe, e se calhar melhor do que eu, pouco eficiente.

E, portanto, a pergunta que quero colocar-lhe é se levantou esse problema nas reuniões do conselho de administração da SLN e quando.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não. Falei individualmente com o Dr. Oliveira e Costa, como disse, falei várias vezes e articulei algumas posturas com o Sr. Dr. António Franco e falei, eventualmente, com um ou outro administrador da SLN, mas numa reunião formal não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, em termos formais, podemos concluir que registamos a sua profissão de fé só que ela não pode ser documentada.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Só em termos de testemunho.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E, portanto, podemos dizer que entre 2002/2003 e 2008 o senhor tinha conhecimento do Banco Insular, ponto final. Essa é a única verdade que todos conhecemos.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Sr. Eng.º disse, há pouco, que as famosas operações de transferências envolvendo o BPN e o Banco Insular n.º 2 eram feitas por uma série de pessoas, entre as quais o senhor se incluía, mas na altura referiu «para além de José Vaz Mascarenhas».

Esta pergunta já foi objecto de uma insistência, e volto a insistir. Quanto à expressão «para além de José Vaz Mascarenhas» respondeu a uma insistência dizendo que o Dr. José Vaz Mascarenhas saberia e faria operações de transferências que envolvessem clientes locais.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Actividade do banco...

O Sr. Honório Novo (PCP): — O Dr. José Vaz Mascarenhas, naturalmente, sabia das transferências que envolviam o BPN e o Banco Insular de Cabo Verde. Sobre isso não temos dúvidas, porque ele recebia lá as transferências e sabia a origem.

O que quero que o senhor precise é se, «sim» ou «não», tem ideia de o Dr. José Vaz Mascarenhas ter também conhecimento das transferências que envolviam o BPN e o Banco Insular fora do balanço.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não tenho ideia que ele soubesse disso. Não posso afirmar que ele soubesse isso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, não tem a certeza que ele soubesse. Portanto, admite que ele não soubesse.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Admito que ele não soubesse.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Passo a duas perguntas finais.

O Sr. Eng.º referiu, há pouco, que depois da sua saída do conselho de administração o Dr. Oliveira e Costa promoveu várias reuniões com accionistas para tentar vender o banco. Suponho que estava a referir-se ao Banco Insular.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, à SLN.

O Sr. Honório Novo (PCP): — À SLN. Quanto a investidores, já percebemos que eram investidores angolanos.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Numa primeira fase eram investidores angolanos, depois apareceram uns investidores supostamente líbios.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Líbios? Muito bem.

Há outra pergunta que eu gostava de ver respondida. O senhor soube destas reuniões. Sabe quando é que elas se fizeram e quem é que esteve nessas reuniões? O senhor nunca participou em nenhuma dessas reuniões?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, nunca participei em nenhuma dessas reuniões.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E quem é que participou nessas reuniões, para além do Dr. Oliveira e Costa, naturalmente?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Penso que eram os principais accionistas membros do conselho superior.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, os principais accionistas membros do conselho superior participaram, já depois de o Dr. Oliveira e Costa ter abandonado a administração, em reuniões para vender o Grupo. É isso?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — É isso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Há pouco, a uma resposta ao Sr. Deputado Almeida Henriques, que aqui registei, porque queria confirmar, o senhor disse que o Banco de Portugal já conhecia o Banco Insular desde 2006. Ouvi bem?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — O Banco de Portugal conhecia o Banco Insular desde 2002 por causa da questão da Fincor.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nós sabemos isso. Mas quando o senhor disse que o Banco de Portugal já conhecia o Banco Insular desde 2006 o que é que queria dizer exactamente? Como associado ao BPN e ao Grupo SLN? É isso que quer dizer?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Em 2007, com aquele pedido de Julho de 2007.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, por que é que disse que o Banco de Portugal já conhecia o Banco Insular desde 2006? Foi um lapso?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Ah, foi um lapso!...

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Eng.º, eu não o terei ouvido responder ao Sr. Deputado Honório Novo que não ordenou transferências para o Banco Insular. Não disse isso?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, não posso é estar a falar de uma forma abstracta. Caso a caso posso explicar o que é que aconteceu, não posso é estar a dizer, em termos abstractos, se ordenei ou não ordenei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, Sr. Eng.º, explique-me o pedido de transferência para o Banco Insular da Fincor, SGPS, através da Doyle ou do pagamento directo da Insular Holdings que lhe foi feito em 2001 pelo Dr. José Vaz Mascarenhas.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não sei. Desconheço.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não pode desconhecer, porque lhe foi enviado. Mas não sou polícia, portanto, registo a pergunta, registo a resposta e sei que não é verdadeira.

Sr. Eng.º, disse-me há pouco que houve conversas do Dr. Abdool Vakil com o Banco de Portugal a propósito do Banco Insular, isto quando o questioneei sobre a comunicação tardia da tal administração colaborante.

Disse: «não, foi em 2 de Junho»... Depois, insisti e terá dito: «não, houve conversas do Dr. Abdool Vakil com o Banco de Portugal sobre o Banco Insular». Pergunto-lhe: quando é que isso aconteceu, então?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Aconteceu durante esse período.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Está, então, a dizer a esta Comissão que durante esse período, antes desta comunicação de 2 de Junho, foi dito ao Banco de Portugal sobre a existência do Banco Insular.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — O Banco de Portugal é que insistiu junto da administração da SLN para uma solução ou um entendimento em relação ao Banco Insular, qual era o tipo de relacionamento que existia entre o Banco Insular e a SLN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, isso antes desta carta de dia 2 de Junho.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Para que fique registado em acta, Sr.ª Presidente, foi assumida aqui a afirmação, dita e repetida, de que o Banco de Portugal teve conhecimento, pela primeira vez, da existência do Banco Insular como fazendo parte do universo SLN nessa carta de 2 de Junho.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não foi bem isso que eu disse.

A Sr.ª Presidente: — O Sr. Eng.º pretende fazer uma precisão?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — O que eu disse é que o Banco de Portugal insistiu durante esse período para que a SLN respondesse qual era o tipo de relacionamento que existia entre o Banco de Insular e a SLN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É diferente da resposta anterior. Então, foi só para precisar qual era o relacionamento?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Exactamente!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas isso já vinha a fazer desde Julho de 2007, Sr. Eng.º!...

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Está bem! Eu só estou a responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Salvo o devido respeito, isso não é resposta. Está a justificar-me a resposta em Julho com um pedido que o Banco de Portugal já fazia desde Junho do ano anterior?!...

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não, não estou. Só estou a dizer qual foi a postura do Banco de Portugal em relação às reuniões que tinha com o Dr. Vakil.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, diga-me uma coisa, por favor: quais foram as garantias dadas pelos empréstimos concedidos às empresas do Grupo El-Assir que disse há pouco existirem? Quais são essas garantias?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Dois imóveis em Madrid e um no sul de Espanha.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E estão relevados nas contas?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Que eu saiba, estão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, sabe qual é o capital social do BPN?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não, não sei de cor.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu digo: são 300 milhões de euros.

Sabe o que diz a sua carta de 2007 ao Banco de Portugal, entre outras coisas?

*Pausa.*

Vou dizer-lhe: que há empréstimos concedidos a *offshore* sem que sejam prestadas quaisquer garantias no valor de, pelo menos, 100 milhões de euros. São 100 milhões de euros, ou seja, um terço do capital social do BPN. Portanto, em 2007, o Sr. Eng.º já comunica ao Banco de Portugal a existência de empréstimos, sem estarem protegidos por garantia, qualquer que fosse, no valor de um terço do capital social do banco.

O Sr. Eng.º sabe quais são os limites prudenciais e os *ratios* por causa destes empréstimos?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Eu penso que esses financiamentos estavam no BPN Cayman, não estavam directamente no BPN. Mas só analisando caso a caso. Portanto, não estavam relacionados com o BPN, não eram financiamentos do BPN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, o BPN Cayman faz parte de que grupo?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Faz parte do grupo BPN, mas tem um capital social...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pois tem. Quer dizer, tudo tem. Não pode é ter para umas coisas e não ter para outras.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Está bem. Isso poderá, depois, ver-se melhor, mas eu só estou a dizer que essa análise que está a fazer... Até porque essas situações, repito, eram situações que o Banco de Portugal já tinha identificado e que o Banco de Portugal queria abater aos capitais próprios. Mas penso que isso não tem a ver com o BPN directamente; tinha a ver com o BPN Cayman.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, mas nós já percebemos, aqui, que as operações feitas via BPN Cayman eram na base da engenharia financeira que justificava a saída de dinheiro.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Nesses casos, não sei. Só vendo caso a caso.

Como digo, esse valor que está a referir só...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Então, vamos ver caso a caso. É talvez a melhor forma.

Explique-me, por favor, os 2 556 287 € em favor da Adler Assets LLC.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não vou explicar, porque eu não tenho conhecimento da situação em concreto.

Isso é BPN Cayman, quase de certeza. Não é BPN. Fez uma relação com o capital social do BPN e eu só estou a dizer que essas, provavelmente, são operações do BPN Cayman.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, vamos ver uma coisa: eu estou a referir-me a empréstimos feitos e comunicados ao Banco de Portugal em carta por si subscrita.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Tudo bem. Eu não estou a dizer que não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A menos que o Sr. Eng.º nos diga que assinava de cruz, o que eu não acredito, se o Sr. Eng.º comunica ao Banco de Portugal empréstimos em determinado montante, certamente que os justifica em alguma coisa. Ou não é assim? Lembrou-se, de repente, que foram feitos estes empréstimos à Adler, ou à Delas, ou Ilea, ou à Bremenhill, ou à Tempory Ltd., ou a todas as outras que têm estado envolvidas neste esquema financeiro há anos?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Eu só estou a dizer que uma coisa é o BPN outra é o BPN Cayman.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, senhor. E outra coisa é a SLN. O Sr. Eng. era administrador de quê?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Da SLN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — No BPN Cayman fazia parte de quê?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Só estou a dizer que essas operações a que se está a referir estavam sediadas no BPN Cayman.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tudo bem, Sr. Eng.º E eu estou a referir...

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — E o Banco de Portugal tinha pedido informação sobre todas as sociedades que não tinham como identificação o seu beneficiário último e aquelas que não tinham garantias.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, estou a perguntar ao administrador do Grupo SLN, braço direito do Dr. Oliveira Costa, pessoa com maior conhecimento que todos os outros, presumo, daquilo que se passava, a avaliar pelo muito que já vi em termos de correspondência trocada com muitas entidades, sobre operações concretas que o Sr. Eng.º transmite ao Banco de Portugal.

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Mas essas informações vêm dos serviços. Como é evidente, eu não tenho conhecimento de cada uma dessas operações.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quer dizer, eu pergunto a um administrador da SLN como é que justifica 8 milhões de euros (não preciso converter isto em dinheiro antigo) emprestados ao grupo El-Assir, dividido por três empresas, e o senhor diz-me que não sabe o que é nem tem obrigação de saber. Então, se um membro do conselho de administração não sabe, vamos perguntar a quem?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Como é evidente, quando se mandava essa informação, essa era uma informação que era pedida aos serviços e que vinha como sendo do BPN. Não quer que eu saiba todos clientes do BPN!?!...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, Sr. Eng.º Mas convenhamos que, pelos menos, os mais relevantes. Os serviços respondem perante quem?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Está bem. Como já expliquei, em relação ao BPN Cayman, eu não tinha nenhum pelouro quanto a essas entidades. Essa era uma listagem que foi enviada pelos serviços.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, alguma vez o Banco de Portugal questionou sobre o negócio de Porto Rico?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Que eu saiba, não. Que me recorde, não.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Eng.º não se recorda, mas eu digo-lhe que sim. Não se recordará de informações prestadas, algures em 2003, sobre todo o esquema de financiamento entre o BPN Cayman, Delas Enterprises, Ilea Finance, Adler Associates, a favor do Excellence Assets Fund, como preço pela compra das acções da Biometrics? O Sr. Eng. não se recorda de, entre Março e Novembro de 2003, ter dado essa resposta ao Banco de Portugal?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não, não me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Nem de ter sido questionado no âmbito do Grupo sobre isso?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não. Esse assunto foi acompanhado pelo Dr. Francisco Comprido.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Eng.º, quem é Vítor Castro Nunes?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — É um dos advogados que trabalhava para o Grupo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Sr. Eng.º tem a certeza que este advogado nunca discutiu consigo a...

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Sinceramente, não me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas eu digo-lhe que falou, Sr. Eng.

O Sr. Eng.º não se recorda como eram consigo discutidos os ofícios a remeter ao Banco de Portugal, por exemplo, sobre provisões para riscos específicos de crédito da BPN Crédito IFIC, SA?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Admito que se possa ter falado sobre isso, mas não era uma sociedade...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tal qual em relação ao BPN Cayman. Ora pense, Sr. Eng.º

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Quanto ao BPN IFIC, admito que tenha havido.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já é qualquer coisa.

Sr. Eng.º, vamos ver se confirma ou não esta engenharia financeira a propósito dos negócios de Porto Rico.

Confirma ou não que Ilea, a Adler e a Delas são *offshore* da SLN que tiveram créditos em Cayman, de cerca de 14 milhões de euros, relacionados com a Biometrics, mas que estes contratos de crédito foram assinados pelo Sr. El-Assir e não fazem parte das listas de *offshore*, porque com a mais-valia fora do negócio da Ergi o Dr. Abdool Vakil «montaria» um veículo no TAIB Bank alimentado com uma parte dessa mais-valia de fora relativa à conta desses créditos?

Todos estes negócios têm uma razão de ser. Percebemos umas «pontas», mas depois vamos juntando. Assim, tentando precisar um pouco estes negócios, reconhece ou não que estes *offshore* tidos como do Grupo El-Assir são, em boa verdade, *offshore* SLN?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Já é um avanço, Sr. Eng.º.

Nesse caso, gostava agora de precisar por que é que surge o Sr. El-Assir como titular deles? Será que fazia parte do esquema financeiro, engendrado ao nível da administração, para justificar a saída do dinheiro sob capa de um terceiro titular do crédito?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não temos pormenores dessa operação, nem sabemos por que é que ela foi feita dessa forma e qual a relação do dinheiro ter ido ou não para o Sr. El-Assir. Não conheço, não me recordo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas reconhece que são três veículos *offshore* da SLN.

Tivemos hoje aqui um grande avanço, Sr.ª Presidente, como vê, porque aquilo que até hoje foi tido Grupo El-Assir, beneficiando de empréstimos de milhões sem estarem titulados por garantias quaisquer que fossem, são, afinal, empréstimos para empresas do Grupo SLN.

Muito obrigado, Sr. Eng.º, prestou uma grande ajuda.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, Sr. Eng.º, são poucas as perguntas que lhe quero colocar.

Em primeiro lugar, queria fazer-lhe uma pergunta que já foi feita muitas vezes nesta Comissão: do seu ponto de vista, a quem é que pertence o Banco Insular?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — À SLN.

O Sr. João Semedo (BE): — Sempre teve essa convicção, essa opinião?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Certeza, certeza só quando foi pedida a informação à empresa detentora da Insular Holdings e quando veio a resposta que o último beneficiário era a SLN.

O Sr. João Semedo (BE): — E isso foi quando?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Foi em 2008.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas o então presidente do conselho de administração, no período interino em que foi presidente do conselho de administração, o Dr. Abdool Vakil, tinha chegado a essa conclusão mais cedo, ou não? Ou será que percebi mal?

O Sr. Eng. Francisco Sanches: — Não sei. Sei que há um pedido do conselho da SLN a solicitar essa informação.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Eng.º, um aspecto também controverso nesta discussão é o que é que o Banco de Portugal exigiu aquando da aquisição do Banco Efisa/Fincor? É ou não verdade, teve ou não teve conhecimento de que o Banco de Portugal, na altura, pôs como condição que o Grupo alienasse a sua relação com o Banco Insular?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Por aquilo que me recordo, uma das questões que foram faladas, já não sei por quem, se pelo Dr. Vaz Mascarenhas ou se pelo Dr. Oliveira Costa, foi a de que a aquisição da Fincor não traria o Banco Insular, ou seja, que com a aquisição da Fincor não viria incluído o Banco Insular. A ideia que eu tenho é que isso terá sido uma exigência do Banco de Portugal. Mas, sinceramente, não tenho a certeza.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas concluo, então, que, apesar de poder ter sido uma exigência do Banco de Portugal, foi uma exigência que, na prática, não foi cumprida.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não tenho a certeza se terá sido uma exigência do Banco de Portugal.

O Sr. João Semedo (BE): — Gostaria também de lhe perguntar quais as razões que conduziram o Grupo a convidar o Dr. Joaquim Nunes para membro do conselho de administração.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Na altura, a justificação que o Dr. Oliveira Costa deu teve a ver com a dinamização dos negócios na área internacional, sobretudo em Angola.

O Sr. João Semedo (BE): — Penúltima pergunta: o Sr. Eng.º tem estado com o Dr. Luís Caprichoso?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não. Há mais de um ano e meio... Desde que ele saiu nunca mais estive com ele.

O Sr. João Semedo (BE): — Para terminar, e ainda voltando ao caso Dias Loureiro, tendo o Sr. Eng.º e o Dr. José Oliveira Costa tomado conhecimento da iniciativa do Dr. Dias Loureiro em reunir-se ou em procurar o Vice-Governador do Banco de Portugal, Dr. António Marta, e tendo, tanto quanto há pouco nos disse, esse conhecimento sido prévio à realização da reunião, pergunto-lhe se, *a posteriori*, não teve curiosidade de conhecer o resultado dessa reunião e se o Dr. José Oliveira Costa, já que, antes da reunião, lhe tinha comunicado que o Dr. Dias Loureiro ia encontrar-se com o Vice-Governador do Banco de Portugal, não sentiu necessidade e preocupação em contar-lhe o conteúdo dessa reunião.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não. Nem uma coisa nem outra.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Eng.º.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Quero começar por cumprimentar o Sr. Eng.º Francisco Sanches e agradecer a sua presença nesta Comissão e os esclarecimentos que nos tem dado.

Começo por colocar-lhe algumas questões que têm a ver com aquilo que sucedeu no Grupo e no Banco há cerca de um ano.

Por aquilo que percebi, o Sr. Eng.º esteve quase a ser presidente do BPN há cerca de um ano.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não estive. Peço desculpa, essa questão nunca foi colocada! Já expliquei qual é...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Peço desculpa, não estive na sala nesse momento, estive noutra reunião da comissão...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Então, peço desculpa. Mas posso explicar novamente depois.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — De qualquer forma, coloco-lhe a seguinte questão: no dia 12 de Janeiro de 2008, terá havido uma reunião da Comissão de Avaliação e Nomeações com o presidente e administrador Sr. Dr. Oliveira Costa, o Sr. Eng.º Francisco Sanches, o Sr. Almiro Silva, que esteve aqui na semana passada e que já falou sobre esta reunião, o Sr. Joaquim Coimbra, que penso que é accionista,...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Certo.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — ... o Sr. Adelino Silva, que também penso que seja accionista, e o Sr. Fernando Cordeiro.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Certo.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Esta reunião destinava-se a apurar a situação dos imóveis que não se encontravam consolidados no Grupo. Está recordado desta reunião?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — É possível que tenha acontecido, mas não me recordo.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Na sua opinião, quer o número quer o valor destes imóveis não consolidados no Grupo era muito grande? Eram muitos imóveis? Seria um valor que andaria por quanto?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não tenho ideia.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Andaria por 1000 milhões de euros?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Penso que não. Penso que não estamos a falar dessa ordem de grandeza, mas, sinceramente, não sei.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — É nesta reunião que também se fala na OPI 92. Qual era, exactamente, a circunstância desta empresa no Grupo?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — A OPI 92 era, e é, uma empresa que tinha um terreno na zona de Alcochete, com a qual não sei se a SLN, mas penso que a SLN Valor tinha um acordo, digamos, de parceria.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Esta empresa é detida por quem?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Penso que é detida pelo Sr. Fernando Fantasia.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Existe um outro terreno — Coutadinha — que terá uma capacidade construtiva de 270 000 m<sup>2</sup>. Tem ideia por quem é que era detida esta empresa?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não, não tenho.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Bem, são conjuntos significativos de empresas...

E nessa reunião o Sr. Eng.º terá dito aos restantes presentes — accionistas e presidente do conselho de administração — que, na situação actual, e se outras medidas não fossem tomadas, teriam necessidade de aumentar os capitais da SLN em 50 milhões de euros os do BPN em 80 milhões de euros. Isto foi assim?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — É possível que tenham sido esses valores. Provavelmente, esses valores até pecam por defeito, mas é possível.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Porque é que estas pessoas presentes decidiram, nesta mesma reunião, que não havia necessidade de

continuarem estas reuniões com a presença do Sr. Presidente e do Sr. Eng.º Francisco Sanches?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não sei.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas isso foi falado na reunião!

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não sei. Até porque essa data... Qual é a data? É 12 de Janeiro?

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Não, é 12 de Fevereiro.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, 12 de Fevereiro. Até porque o Dr. Oliveira Costa saiu do Grupo passado oito dias.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Exactamente.

Mas, há pouco, referiu precisamente que continuou a haver reuniões entre o presidente do conselho de administração e os principais accionistas da SLN, mesmo quando o Dr. Oliveira Costa já não era presidente do conselho de administração.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Aliás, depois, houve uma em que se fala mais em detalhe sobre estas questões.

Mas é nesta reunião que se decide que o presidente Oliveira Costa não pode continuar à frente do BPN. Foi assim?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não sei se foi nessa reunião! Foi numa reunião em que penso que não estavam só essas quatro pessoas mas a grande maioria do conselho superior.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Porque é que existiam estes imóveis não consolidados no Grupo? Qual era a razão por que isto acontecia? Estamos a falar de um valor que, por aquilo que os senhores avaliaram na altura...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Isso eram imóveis que tinham alguma parceria com outras entidades e que não estavam consolidados em termos de Grupo ou porque havia acordo nesse sentido ou...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E neste momento já estão consolidados no Grupo?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não sei.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — O Sr. Eng.º, de qualquer forma, foi administrador, salvo erro, até Junho de 2008.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Certo.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Conheceu os detalhes da auditoria da Mazars?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Portanto, não tem ideia se a auditoria da Mazars aponta para levantamentos em *cash*,...

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — ... atribuindo isso a pessoas?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não tive conhecimento.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Eu penso que, há pouco, o Sr. Eng.º terá referido que não foi o seu caso.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Exacto.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Portanto, não recebeu em *cash* dinheiro algum?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E qual era a sua relação com uma empresa Jared Finance LLC?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Era uma empresa que tinha créditos no Banco Insular e que era utilizada para fazer alguns pagamentos.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Em numerário?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, e conta a conta.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E o Sr. Eng.º nunca teve nenhuma relação com esta empresa?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Voltando à reunião, o Sr. Almiro Silva, que esteve aqui presente numa das reuniões anteriores, referiu que tinha medo. Aliás, ele foi aqui questionado porque é que, sendo ele um dos donos da SLN, sendo uma pessoa que investiu, nas palavras dele, mais de 20 milhões de euros, disse que tinha medo e que tinha medo de fazer perguntas sobre aqueles terrenos e sobre aqueles bens, porque, a nosso ver, nos parece que ele teria, pelo menos, algum direito. Porque é que ele tinha medo?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não sei.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — O Sr. Eng.º não tinha medo?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não. Não sei porque é que havia de ter medo!

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — O Sr. Eng.º chega ao Grupo... Disse, há pouco, que antes trabalhou na educação, portanto não era uma pessoa desta área.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Posso saber exactamente o que é que fazia na educação?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Trabalhava num gabinete, fazia assessoria em termos de educação.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Segundo sei, foi chefe de gabinete em governos constitucionais.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Durante seis meses. Os últimos seis meses de 1995.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — De qualquer forma, quando há pouco referiu que não tinha qualquer pelouro, a ideia com que fiquei da parte da reunião a que e tive oportunidade de assistir é que o Sr. Eng.º era, no fundo, o braço-direito do Dr. Oliveira Costa.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Isso terá de perguntar a ele. Terá de perguntar a ele.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Mas era visto por muitas pessoas dessa forma.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Até a uma certa altura, sim.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E, por exemplo, quando dava orientações e ordens a uma das pessoas que já cá esteve na Comissão — o António José Duarte —, que disse que recebia ordens do Sr. Eng.º relativas ao Banco Insular, estava a dá-las não de acordo com o seu pelouro mas de acordo com orientações do Dr. Oliveira Costa?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim, sobretudo.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Portanto, devo presumir que estes 1800 milhões são obra de um homem só?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não.

Para já esses 1800 milhões é um número que tem surgido, mas que eu desconheço como é que se chegou a ele.

Portanto, também era importante ver se esse número tinha a ver com necessidades de liquidez, com imparidades, com necessidades de fundos... Também não sei como é que se chegou a esse valor.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Eu fiquei intrigado com uma das respostas que nos deu aqui há pouco, quando disse que a auditoria solicitada pela Mazars, sendo o Sr. Eng.º membro do conselho de administração, não a conheceu.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Eu, nessa altura, penso que já não era...

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Ela é solicitada quando o Dr. Abdool Vakil estava à frente do BPN.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não! Penso que estava a referir-se à auditoria feita quando o Dr. Cadilhe entrou. Eu não conheço mais nenhuma auditoria.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Os ROC com que trabalhou faziam-lhe perguntas? Colocavam-lhe questões? Interrogavam-no? Tinham dúvidas?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Sim.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E qual era o tipo de dúvidas? Qual era o tipo de questões? Qual era a média dessas questões?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — A minha intervenção nesse aspecto, às vezes quando havia alguma dificuldade de informação das empresas, era tentar que essa informação chegasse aos ROC.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — O Banco de Portugal alguma vez perguntou qual era a relação entre a SLN e o Banco Insular?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Perguntou em Julho de 2007.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — E perguntou sobre outras entidades?

O Sr. Eng.º Francisco Sanches: — Não me recordo. Não me recordo se perguntou nessa altura.

O Sr. Jorge Seguro Sanches (PS): — Sr. Eng.º, muito obrigado, não tenho mais perguntas a fazer-lhe.

A Sr.ª Presidente: — Obrigada, Sr. Deputado.

Não registo mais pedidos de palavra, por isso resta-me agradecer ao Sr. Eng.º Francisco Sanches os esclarecimentos e as respostas que deu nesta longa sessão de perguntas dos Srs. Deputados e, no fundo, toda a colaboração prestada.

Antes de dar por concluídos os trabalhos de hoje, queria dizer aos Srs. Deputados que, amanhã, é necessária uma reunião de coordenadores, que marcaria para durante o Plenário, uma vez que, a seguir ao Plenário, terá lugar uma nova audição.

Está encerrada a reunião.

*Eram 20 horas e 50 minutos.*